



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

JOLFER DOS SANTOS SANTA RITA

**IMPACTOS PANDÊMICOS DA COVID-19 NA EDUCAÇÃO
DE JOVENS E ADULTOS: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO
BIBLIOGRÁFICA NO BRASIL (2020-2022)**

Salvador
2022

JOLFER DOS SANTOS SANTA RITA

**IMPACTOS PANDÊMICOS DA COVID-19 NA EDUCAÇÃO
DE JOVENS E ADULTOS: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO
BIBLIOGRÁFICA NO BRASIL (2020-2022)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado de Pedagogia, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção de grau de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof. Dra Marta Lícia Teles Brito de Jesus

Salvador
2022

JOLFER DOS SANTOS SANTA RITA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado de Pedagogia, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal da Bahia, para obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Salvador, 14 de Julho de 2022

Banca examinadora

Profa Dra Marta Lícia Teles Brito de Jesus (orientadora)
Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Profa Dra Sandra Marinho Siqueira
Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Prof. Ms. Jurandir de Almeida Araújo
Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

AGRADECIMENTOS

“Você não sabe o quanto eu caminhei
Pra chegar até aqui
Percorri milhas e milhas antes de dormir
Eu nem cochilei
Os mais belos montes escalei
Nas noites escuras de frio chorei”

Esse trecho da música A Estrada de Cidade Negra, reflete muito essa etapa em minha trajetória, onde posso colher os frutos de uma caminhada árdua, exaustiva e primorosa.

Finalizar essa graduação é iniciar um novo desafio.

Cabe aqui agradecer aos meus pais Everaldo Santana Santa Rita e Berenice dos Santos Santa Rita por terem dado condição e por acreditarem na construção de um futuro melhor para seus filhos.

A minha irmã Nadja dos Santos Santa Rita deu um gás importante nessa caminhada final na construção desse trabalho.

A minha companheira Nájila da Silva Lopes por acreditar e dar força para que eu persistisse na conclusão desta graduação.

A minha orientadora Prof. Dra. Marta Lícia Teles Brito de Jesus que teve um papel esplendoroso nesta etapa pois acreditou e deu norte para construção e finalização deste trabalho. E participou ativamente dessa graduação atuando no primeiro e no último semestre.

A Profa Dra Sandra Marinho Siqueira que aceitou o convite em participar da banca examinadora e por me conquistar no componente curricular Educação de Jovens e Adultos no período de isolamento social nas aulas remotas.

Ao Prof. Ms. Jurandir de Almeida Araújo também por aceitar participar da banca examinadora e por fazer parte de uma das referências utilizadas na construção desse trabalho.

A Deus e os Orixás que guiaram meus caminhos.

E aos colegas de graduação que de alguma forma tiveram participação nesta jornada.

"Minha esperança surge daqueles lugares de luta onde eu testemunhar indivíduos positivamente transformando suas vidas e o mundo ao seu redor. Educar é uma vocação enraizada na esperança. Como professores, acreditamos que a aprendizagem é possível, que nada pode manter uma mente aberta de buscar o conhecimento e encontrar uma maneira de saber."

(bell hooks)

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo discutir o levantamento realizado sobre as publicações acadêmicas que tratam da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Pandemia do Coronavírus-19 (Covid-19), entre 2020 e 2022, em uma plataforma de pesquisa pública digital aberta. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo, que buscou analisar os principais elementos que estavam sendo discutidos sobre os desafios da EJA no cenário de isolamento social, fome, desemprego, fragilidade na saúde mental de estudantes e professores, fechamento e reabertura do funcionamento presencial de escolas, educação por intermediação tecnológica, entre outros. Foram utilizadas quatro categorias analíticas para fundamentar a investigação: Formação de Professores, Política, Participação e Programas. Como resultados, identificou-se um maior número de trabalhos na categoria formação de professores, indicando a preocupação no desenvolvimento das aulas não presenciais no formato de ensino remoto. Majoritariamente foram analisadas pesquisas no formato de artigo científico, em que as perspectivas analisadas provocaram uma reflexão sobre as desigualdades educacionais imbricadas nas desigualdades, e sociais e os encaminhamentos na EJA nesse período.

Palavras-chave: EJA; Pandemia; Covid-19.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEAA	Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos
CNBB	Conferência Nacional de bispos do Brasil
CNEJA	Comissão Nacional de Educação de Jovens e Adultos
COVID-19	Doença do Coronavírus 19
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ES	Ensino Superior
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
FNEP	Fundo Nacional do Ensino Primário
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia
INEP	Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MCP	Movimento de Cultura Popular
MEB	Movimento de Educação de Base
MS	Ministério da Saúde

OPAS	Organização Pan-americana de Saúde
PAS	Programa Alfabetização Solidária
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PROEJA	Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PRP	Programa de Residência Pedagógica
PPP	Projeto Político Pedagógico
RCAAP	Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal
SEA	Serviço de Educação de Adultos
SVS	Secretaria de Vigilância à Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura
UFBA	Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. DIMENSÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	14
3. BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DA COVID-19 NO BRASIL	28
4. CAMINHOS PERCORRIDOS NA PESQUISA: LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO	31
5. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CENÁRIO ATUAL DE PANDEMIA COVID-19: O QUE DIZ A PRODUÇÃO ACADÊMICA RECENTE	42
6. CONSIDERAÇÕES	51
REFERÊNCIAS	53
ANEXOS – RESUMOS	57

1. INTRODUÇÃO

Durante o curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade Federal da Bahia (UFBA), considerando os espaços de atuação educacional dos quais participei, foi o campo teórico-empírico da Educação de Jovens e Adultos (EJA) que mais despertou o meu interesse. Inicialmente, desenvolvi o Estágio Curricular e o Programa de Residência Pedagógica¹ (PRP) com turmas da EJA no município de Salvador-Ba, sendo esta uma das principais motivações para realizar a construção deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

É importante ressaltar, o impacto que a modalidade educacional EJA tem nas comunidades periféricas, assumindo aqui um lugar político em defesa da formação e elevação da escolarização da população negra, que atravessada por questões estruturais de classe e raça, entre outras, lhes foi usurpado o direito à educação nas gerações anteriores, produzindo assim, uma grande quantidade de pessoas jovens e adultas sem ter iniciado ou concluído o seu processo de alfabetização e letramento ou mesmo tendo completado a escolarização considerada básica pela legislação vigente.

A partir das motivações iniciais e engajamento com a transformação das condições materiais e simbólicas de efetivação do direito à EJA, esta investigação surge como resultado das experiências anteriormente citadas, procurando refletir durante o TCC, os impactos da Pandemia da Covid-19 na EJA no Brasil, entre os anos de 2020 e 2022, por meio do que vem sendo discutido pela comunidade acadêmica atualmente.

Tal anseio deve-se à necessidade de problematizar elementos do cenário atual que tem atravessado as políticas públicas educacionais, potencializando as emergências no que diz respeito às desigualdades já existentes e vivenciadas pela classe negra trabalhadora, e que vem produzindo tantas outras formas de opressão, conforme Arroyo (2021) nos alerta, ao observar que não é mais possível negar o que ficou ainda mais evidente com a pandemia o fato de que as desigualdades educacionais não podem ser apartadas das desigualdades sociais, das desigualdades das condições de vida, das desigualdades de moradia, das desigualdades de trabalho, de saúde, de alimentação e até de acesso às tecnologias.

¹ O Programa de Residência Pedagógica (PRP) faz parte da Política Nacional de Formação de Professores, sendo uma das ações que tem por objetivo induzir o aperfeiçoamento da formação prática nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do licenciando na escola de educação básica.

Nesse sentido, entendemos a EJA como uma modalidade educacional que tem por finalidade atender aqueles estudantes que tiveram o seu direito à educação expropriado, em idade considerada regular pela legislação vigente, por inúmeros fatores, sendo o principal deles a necessidade de sobrevivência dessa população, obrigada a acessar prematuramente o mercado de trabalho para assegurar a sobrevivência em suas famílias e familiares, postergando assim o acesso e a permanência nas instituições escolares da Educação Básica.

Considerando os aspectos históricos e sociais da formação da EJA no Brasil, que tem sua origem já no Brasil Colônia, se faz necessário abordar esta temática na atual conjuntura pandêmica da Covid-19, consideram que o Estado continua em alerta, e os impactos da pandemia potencializa à crise financeira, social e política, colocando a formação educacional em segundo plano nos lares da classe trabalhadora emergente.

Conforme apontam os dados divulgados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), órgão que produziu e tornou público o monitoramento que tem realizado acerca dos impactos da pandemia na educação, o fechamento das instituições de ensino afetou diretamente mais de 72% da população estudantil no mundo (UNESCO, 2020). Ainda de acordo com a UNESCO, esses prejuízos educacionais são maiores na classe trabalhadora e nas famílias pobres, visto que “40% dos países de renda baixa e média-baixa não apoiaram os alunos em situação de risco durante a pandemia” (UNESCO, 2020, p. 1).

A taxa de pessoas que são socialmente letradas² e a baixa escolarização da população com menor renda, é um problema estrutural, fundamentado na história da formação brasileira com a disparidade de raça e classe, que colocou o acesso à educação como um privilégio apenas de uma parcela reduzida da sociedade. Nesse contexto, a EJA se propõe, ou deveria se propor, enquanto política pública educacional, a elevar os desempenhos educacionais da classe trabalhadora.

Nesse sentido, discutir os impactos que a pandemia gerou no cenário educacional, especificamente no que tange à modalidade de ensino da EJA, é fundamental. O afastamento escolar é uma realidade, sendo este um dos principais

² Termo utilizado para referenciar pessoas não alfabetizadas mas que possuem algum nível de letramento social, superando o termo analfabetismo e a forma como ele refere-se a pessoas que não dominam a leitura e a escrita.

desafios da gestão pública nos próximos anos, uma vez que o sistema capitalista suprime do mercado de trabalho aqueles que não tenham uma formação educacional, ou mesmo qualificação profissional.

Esta pesquisa considera que o fechamento das turmas da EJA durante a pandemia Covid-19 é algo grave e esse fenômeno tem sido denunciado por diversos educadores e ativistas de movimentos sociais ligados à EJA, à Educação do Campo, entre outros, e a elevação do analfabetismo conforme aponta Pinto (2021), que ao debruçar-se nos relatórios educacionais de 2007 a 2019, denuncia a queda dos investimentos da EJA no Brasil, pontuando que 69 milhões de jovens, com 25 anos de idade ou mais, ainda não concluíram a formação básica, segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2019.

Portanto, diante do que foi brevemente explorado nesta introdução, o presente trabalho tem por objetivo geral discutir o levantamento realizado sobre as publicações acadêmicas que tratam da EJA na Pandemia do Coronavírus-19 (Covid-19), entre 2020 e 2022, em uma plataforma de pesquisa pública digital aberta.

Além do objetivo geral, formulou-se os seguintes específicos: analisar o cenário pandêmico e a história, as políticas educacionais e o perfil do público da EJA no Brasil; refletir sobre as contribuições e os avanços das produções bibliográficas da EJA Brasileira; mapear as recentes produções científicas acerca dos impactos da Pandemia da Covid-19 na EJA no contexto brasileiro.

Este trabalho está organizado em quatro seções, além desta introdução e das considerações, procurando respaldar a discussão acerca da identificação e análise da produção disponível no Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto - Plataforma Oasisbr³ que é uma iniciativa do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

Na primeira seção intitulada “Reflexões atuais sobre a Educação de Jovens e Adultos”, buscou-se construir a linha do tempo sobre a historicidade da EJA no Brasil, sobretudo suas influências no cenário político e econômico, até consolidar-se enquanto política pública de direitos assegurada constitucionalmente.

³ A Plataforma Oasisbr reúne produções científicas com acesso gratuito das publicações em revistas científicas, repositórios digitais, dados de pesquisa e bibliotecas digitais de teses e dissertações, tendo por objetivo reunir, dar visibilidade e acesso à boa parte dos conteúdos científicos produzidos por pesquisadores que atuam nas instituições brasileiras e portuguesas de ensino, publicados em sistemas agregadores de produção e dados científicos.

Na segunda seção, que tem como título “dimensão histórica da educação de jovens e adultos”, objetivou-se apresentar a metodologia utilizada, detalhando os caminhos trilhados e, principalmente, o mapeamento dos trabalhos tomados como base de análise crítica dessa investigação científica.

A terceira seção intitulada “Breves considerações acerca da Covid-19 no Brasil”, busca contextualizar a pandemia da Covid-19 no mundo e no Brasil, trazendo os marcos temporais e as problemáticas enfrentadas desde as primeiras publicações que determinou o cenário pandêmico

Por fim, na última seção com o título “A Educação de Jovens e Adultos no Cenário atual de pandemia Covid-19: O que diz a produção acadêmica recente”, nos propomos a refletir sobre a discussão teórica crítica abordada nos trabalhos escolhidos para análise do cenário atual da EJA, destacando as narrativas que contribuem para as novas práticas na modalidade, mas sobretudo, o lugar da pesquisa no fortalecimento da política, num cenário de cerceamento, distanciamento social, afastamento escolar, crise econômica, fome e a intermediação tecnológica como principal alternativa educacional no cenário pandêmico.

2. DIMENSÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A EJA caracteriza-se por contemplar estudantes pertencentes à classe trabalhadora basilar no mundo do trabalho organizado perversamente organizado pelo modo de produção próprio da sociedade capitalista. No Brasil, para entender a classe trabalhadora cabe destacar que em sua maioria ela é pertencente às pessoas negras (pretas e pardas) impedidas de concluir os estudos em idade considerada regular, tal como preconiza a legislação educacional brasileira, e por esta razão buscam escolas em turno noturno, com o objetivo de conciliar estudo e trabalho.

Fincados nas narrativas de autores como Almeida e Corso (2015), Haddad e Di Pierro (2000), Leão (2012) e Arroyo (2021), para compreender a historicidade da EJA se mostrou necessário ater-se a linha do tempo para aprofundar o entendimento de como se formou esta modalidade educacional no Brasil, a qual tem origem com o processo de colonização portuguesa, através dos padres jesuítas que promoviam a doutrinação cristã, lida também como “ação educativa missionária” (HADDAD e DI PIERRO, 2000) pautadas nos valores morais europeus, inicialmente, voltado aos indígenas e, posteriormente, aos negros escravizados.

Esse movimento doutrinário é uma característica marcante do passado colonial, que conforme Almeida e Corso (2015), contribuiu para o processo de dominação dos povos negros e indígenas durante anos, iniciando mais tarde o processo de alfabetização para poucos, especialmente para aqueles que eram tratados como “puros de coração”, ou seja, a população branca europeia.

Segundo Haddad e Di Pierro (2000), além de evangelizar, eram também ensinadas normas de comportamento e os ofícios necessários ao funcionamento da economia colonial, ocorrendo posteriormente a criação das escolas para os colonizadores e seus filhos.

Os autores destacam que, após a expulsão dos jesuítas do Brasil, em 1759, ocorreu uma desorganização no sistema de ensino implantado no Brasil, caracterizado principalmente pela doutrinação católica, sendo retomada as movimentações de ações educativas voltadas para adultos, apenas no Império.

No período imperialista brasileiro (1822 - 1889) as primeiras escolas da qual se tem notícias destinadas à educação de adultos estavam a serviço dos interesses do Estado, funcionando apenas no turno noturno denominada de educação popular.

Assim, conforme Haddad e Di Pierro (2000), só possuía cidadania uma pequena parcela da população que pertencia a elite econômica a qual era admitido a educação primária como direito, ficando excluídos negros, indígenas e grande parte das mulheres, estimando-se ao final do Império que 82% da população com idade superior a cinco anos eram letradas socialmente.

Pleiteando uma reforma eleitoral por meio de lei ordinária, foi criada a Lei Saraiva através do Decreto nº 3.029 de 9 de janeiro de 1881 que aponta as pessoas que não sabem ler e escrever como uma incapacidade social, ou mesmo uma chaga a ser exterminada, privando assim o não alfabetizado de votar.

Conforme Leão (2012), a Lei Saraiva criou um novo mecanismo de privar o povo de participar das eleições, deixando de ser unicamente a pobreza que justificava pela insuficiência de renda ou a dificuldade de comprovação da mesma. A autora aponta que:

Excluindo-se do direito de voto as pessoas que não sabem ler e escrever, o analfabetismo passa a ter um aspecto negativo – uma estigmatização que afasta os analfabetos da sociedade. O analfabetismo passou a ser visto como uma vergonha, muito mais para o analfabeto do que para o país. É sabido que a maioria do povo brasileiro no momento em que se deu a reforma eleitoral era composta por analfabetos. Então, o processo de exclusão dos analfabetos do direito de voto fez-se acompanhar de um processo de estigmatização dos “portadores” da qualidade de analfabetismo. (LEÃO, 2012)

Assim, a estigmatização da pessoa que não sabe ler e escrever, se propagou como uma justificativa para as exclusões das decisões políticas e sociais do país, fortalecendo as narrativas que o saber ler e escrever, é o que demarca um homem civilizado.

Apenas nos anos entre 1887 - 1897, na transição entre Império-República a educação passa a ser abordada como uma forma de deter os problemas sociais, havendo aqui a expansão das redes escolares, assim como dos movimentos contra as pessoas que não sabiam ler e escrever, muito fundamentado pelo interesse no voto do destes, como grande massa popular (ALMEIDA E CORSO, 2015).

A privação do voto aos letrados socialmente foi sustentada por mais de um século sendo alterada pela Emenda Constitucional nº 25, de 1985, e assegurada pela Constituição de 1988, entretanto Leão (2012) chama atenção que o estigma do não alfabetizado não se livraram, seguindo no imaginário brasileiro.

Assim, a compreensão do analfabetismo como ignorância, cegueira, dependência, incapacidade e outras interpretações converteram-se em senso comum que persiste até ao tempo presente.

Em 1889 iniciou a República Velha tomando posse o primeiro presidente republicano Marechal Deodoro da Fonseca, que publicou a Constituição de 1891, sendo o primeiro marco legal da República Brasileira. Segundo Haddad e Di Pierro (2000) a nova constituição passa a tratar o ensino básico como responsabilidade do setor público, descentralizando sua gestão nas Províncias e Municípios.

A União impulsionou as atividades educacionais, principalmente no ensino secundário e superior privilegiando as elites, conforme aponta os autores:

Mais uma vez garantiu-se a formação das elites em detrimento de uma educação para as amplas camadas sociais marginalizadas, quando novamente as decisões relativas à oferta de ensino elementar ficaram dependentes da fragilidade financeira das Províncias e dos interesses das oligarquias regionais que as controlavam politicamente. (HADDAD e DI PIERRO, 2000)

Nesse sentido, a nova Constituição republicana estabeleceu também a exclusão dos adultos não alfabetizados da participação pelo voto, num período marcado pela população adulta iletrada, sendo esta uma forma de dominação ideológica, uma vez que apenas aqueles que tinham acesso às práticas educacionais, podiam participar das escolhas políticas.

De todo modo, esse foi um período de muita movimentação no cenário educacional, caracterizado por grande quantidade de reformas educacionais que buscavam amenizar o estado precário da educação básica. Segundo Haddad e Di Pierro (2000), o censo de 1920, realizado 30 anos após o início da República brasileira, apontou que 72% da população acima de cinco anos permanecia sem estar alfabetizada, evidenciando que as políticas voltadas para formação das camadas populares tinham o critério específico para instrução elementar das crianças.

Mais tarde, o movimento de educadores populares lutava pela ampliação do número de escolas e em paralelo a qualidade na aprendizagem mobilizou condições favoráveis à implementação de políticas públicas para a educação de jovens e adultos, exigindo que fosse responsabilidade do Estado a efetivação da oferta desses serviços e a estrutura para tal.

Conforme aponta Haddad e Di Pierro (2000), o movimento justificava-se pelos altos índices de precariedade na escolarização que nosso país persistia, transformando a educação escolar numa preocupação permanente da população e das autoridades brasileiras. Esse despertar foi muito impulsionado pelo pensamento político-pedagógico assentada no processo de mudança social inerente ao início da industrialização e urbanização do Brasil, que evidenciava um poço de atraso educacional quando comparados a outros países da América Latina ou do resto no mundo na era republicana.

Após a crise de 1929, também conhecida como “A Grande Depressão”, que foi a maior crise do capitalismo financeiro, colapsando a economia estadunidense, produzindo fome e miséria, que reverberou em todo o mundo capitalista, principalmente para aqueles que mantinham relações comerciais com o país.

O Brasil tinha os Estados Unidos como um dos principais compradores de café, precisou assumir algumas medidas de enfrentamento a crise que se assolava, tendo o governo brasileiro realizado a compra e queima dos excedentes da colheita de café, buscando a valorização no valor do grão, uma vez que o estoque era diminuído. Essa ação, em parte, abriu os olhos dos cafeicultores, para o investimento no setor industrial brasileiro, contribuindo para a prosperidade autônoma do país, e portanto a qualificação da mão de obra para execução do trabalho.

Na Era Vargas, período do governo de Getúlio Vargas na presidência do país iniciado em 1930, que ficou marcado pela característica urbano-industrial sombreando as elites rurais, assumindo o modo de acumulação capitalista como modelo de produção de bens e serviços, que exigia mão de obra especializada.

Nesse período, conforme aponta Almeida e Corso (2015) destacou-se:

Em especial, adaptou-a psíquica e fisicamente às técnicas e à disciplina da fábrica, para difundir uma concepção favorável a uma concepção de mundo atrelada às novas exigências da acumulação do capital. Desse modo, cabia à elite brasileira, permitir os patamares mínimos de educação a todos, entretanto, sem colocar em risco o controle ideológico e o nível de exploração exercido sobre a classe trabalhadora. (ALMEIDA e CORSO, 2015)

Assim, evidenciando a permissão do acesso mínimo à formação educacional da classe trabalhadora por parte das elites, que objetiva à formação, qualificação e diversificação da força de trabalho, sem colocar em risco o controle ideológico nos níveis de exploração pesado sobre a classe trabalhadora.

A Constituição de 1934 propôs o Plano Nacional de Educação, que passa a indicar pela primeira vez a Educação de Jovens e Adultos como dever do Estado, coordenador e fiscalizado pelo governo federal, conforme explicita Haddad e Di Pierro (2000), incluindo em suas normas a oferta do ensino primário integral e gratuito e de frequência obrigatória para adultos.

Em 1938, foi criado o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) que através de seus estudos e pesquisas desenvolvidos na educação básica, instituiu em 1942 o Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP). Com os recursos do FNEP, almejava-se realizar um programa progressivo de ampliação da educação primária, que incluísse o Ensino Supletivo para adolescentes e adultos. Haddad e Di Pierro (2000) evidenciam em seus estudos que, em 1945 o fundo foi regulamentado, estabelecendo que 25% dos recursos de cada auxílio deveriam ser aplicados num plano geral de Ensino Supletivo destinado a adolescentes e adultos socialmente letrados.

No ano de 1947 é lançada a primeira Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), coordenada por Lourenço Filho, como uma iniciativa do Ministério de Educação e Saúde, que destinava-se a proporcionar a cada indivíduo, segundo suas capacidades, os instrumentos indispensáveis ao domínio da cultura de seu tempo, as técnicas que facilitam o acesso a essa cultura e com os quais cada homem pudesse desenvolver-se e procurar melhor ajustamento social.

Almeida e Corso (2015) aponta que a campanha tinha como atividade fim, transmitir a educação aos brasileiros não letrados das cidades e das zonas rurais e promover o desenvolvimento social e econômico, através de um processo educativo que buscava promover a melhoria das condições de vida da população.

O Serviço de Educação de Adultos (SEA) do Ministério da Educação e Saúde elaborou várias publicações endereçadas aos respectivos SEA dos estados e aos professores das classes de ensino supletivo.

Conforme apontam os autores Almeida e Corso (2015), em um dos documentos da campanha, afirma-se que “ignorância popular e escassa produção econômica andam sempre juntas”. Trazendo a ideia errônea de que ensinar adolescentes e adultos era mais simples, mais fácil e mais rápido.

Desse modo, justificava que qualquer pessoa poderia desempenhar a função de letrar os adultos, tornando desnecessária a qualificação de um profissional

específico, assim, não precisando de um profissional com formação específica, a remuneração não precisaria ser condizente com um docente preparado, justificando a busca por “voluntários” a serem recrutados na execução dessa campanha.

Os autores afirmam, que não existe a necessidade de uma formação específica para os profissionais que atuam no ensino supletivo só justifica os dados no início de 1950, onde 55% da população brasileira maior de 18 anos eram constituídas por não alfabetizados, sem a observância de investimentos de propostas que levasse a sério a demanda por formação de profissionais, elaboração de materiais didáticos adequados, entre outras necessidades específicas para assegurar o direito à educação dos jovens e adultos com qualidade.

A criação da Campanha Nacional da Educação Rural em 1952, voltada para a região nordeste, só foi possível após o Primeiro Congresso de Educação de Adultos. Almeida e Corso (2015) destaca que nesse congresso a frase “ser brasileiro é ser alfabetizado” foi legitimada, ressaltando a importância de termos adultos alfabetizados em nome da democracia e fortalecendo a cidadania.

Houve um período de êxito da campanha, mas logo após um período começou a declinar, havendo resultados insatisfatórios, fazendo com que o Ministério da Educação convocasse em 1958 o segundo Congresso Nacional de Educação de Adultos.

No seminário em Belo Horizonte que tratava da conjuntura educacional, evento que antecede o segundo congresso, Almeida e Corso (2015) sinaliza que a delegação mineira questionou a questão da remuneração que foi estabelecida aos professores, que já faz relação com as precárias condições de funcionamento, a baixa frequência por parte dos alunos, inadequação do material didático e baixo aproveitamento dos alunos.

Os autores destacam, que todas as delegações que se fizeram presentes no segundo congresso Nacional de Educação não pouparam levantar as críticas à campanha que foi estabelecida. Dentre as pautas mais mencionadas estão a falta de formação dos professores, a inadequação do método de ensino e a precariedade dos prédios escolares. Em especial a delegação de Pernambuco que tinha um grupo de educadores em ascensão, no qual tinha como integrante Paulo Freire foi além desses comentários dando ênfase à falta de adequação dos conteúdos e material de ensino e à falta de comunicação entre o educador e o educando.

Segundo Paulo Freire:

Ensinar inexistente sem aprender e vice-versa e foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar. Foi assim, socialmente aprendendo, que ao longo dos tempos mulheres e homens perceberam que era possível – depois, preciso – trabalhar maneiras, caminhos, métodos de ensinar. Aprender precedeu ensinar ou, em outras palavras, ensinar se diluía na experiência realmente fundante de aprender. (FREIRE, 1997, p.13)

Refletir que existe uma especificidade ao tratar das classes populares é um fator preponderante para obtenção de êxito no processo ensino aprendizagem, até então a campanha estava sendo executada sem considerar essa questão como fator que delimitaria os resultados que seriam obtidos. Apesar de ter possibilitado a execução em âmbito nacional, pouco contribuiu para o magistério já que não exigia uma formação adequada e a remuneração era tida como insuficiente.

Ao final dos anos 1950 para o início dos anos 1960, a sociedade é representada por um período de grande mobilização social em torno das reformas de base, havendo no país acentuadas transformações sociais, políticas e econômicas que impulsionaram mudanças nas iniciativas públicas a respeito da educação de adultos.

Em 1963, é encerrada a campanha de educação iniciada em 1947 dando ao ilustríssimo Paulo Freire o papel de elaborar o Plano Nacional de Alfabetização. Almeida e Corso (2015) destaca que Paulo Freire produziu um novo arcabouço conceitual e construindo uma nova postura epistemológica para os processos de alfabetização e educação popular, perpassando todas as novas narrativas, construída nas concepções da EJA, e a modernização no entendimento educacional. Trata-se do Patrono da Educação, um educador reconhecido mundialmente, que no nosso entendimento precisa ser mais estudado e conhecido.

Esse novo movimento, juntamente com as demais iniciativas da sociedade civil focadas na transformação social foram barradas pelo Golpe Militar em 1964.

Para se analisar o período de 1960-1964, Almeida e Corso (2015) apontam que se faz importante ressaltar as duas ideias antagônicas que estavam sendo consideradas no cenário da educação: uma que defendia a educação libertadora e outra com uma concepção de educação funcional.

Algumas iniciativas são bastante relevantes de serem ressaltadas nesse período, como o Movimento de Cultura Popular (MCP) criado pela prefeitura de Recife em 1960 e mais tarde estendido pelo governo do estado de Pernambuco, que

trazia como objetivo conceder melhores condições intelectuais para os trabalhadores, margeando uma maior participação destes no processo de transformação social.

No ano seguinte 1961 surge o Movimento de Educação de Base (MEB) liderado pela Conferência Nacional de bispos do Brasil (CNBB), articulado por setores progressistas da igreja católica, que buscava articular a juventude operária e a juventude universitária católica, trazendo como base experiências da educação radiofônica, margeadas pelo episcopado no nordeste brasileiro.

Neste mesmo ano surge a campanha “de pé no chão também se aprende a ler” no estado do Rio Grande do Norte. Surge com o propósito de ampliar as oportunidades educacionais daquela região. A falta de recursos fez com que fossem realizadas atividades em acampamentos escolares abertos. Havendo bibliotecas, praças de cultura e esporte, e centros de formação de professores.

O maior período de tensão nessa época de 1961-1964 foi dado com a intervenção militar apoiada pelas elites civis. Tornando clandestino todas essas ações em prol da articulação social das classes populares. O único movimento que sobreviveu foi o MEB, havendo intensas mudanças como a alteração geográfica do Nordeste para a Amazônia, alterando também os objetivos teórico-metodológicos.

Com o golpe de 1964 a nação regrediu conservando as disparidades regionais, a desigual distribuição de renda, ingressando na fase monopolista de Estado. Promovendo uma ruptura política, reprimindo os movimentos sociais e censurando seus dirigentes. A Campanha “De pé no chão também se aprende a ler” foi interrompida e seus dirigentes foram presos.

Nesse período o governo militar criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) que permaneceu durante quinze anos. Dentre as mudanças o Mobral restringiu o conceito de alfabetização à habilidade de aprender a ler e a escrever. Cabe destacar que o processo educativo no ensino supletivo se reduzia a aprendizagem de instruções nos módulos instrucionais o que causou um grande índice de afastamento pois esse espaço não contemplava uma vivência educativa num espaço socializador, sendo o Mobral extinto em 1985.

Outra iniciativa desse período foi a criação do ensino supletivo regulamentado pela Lei no 5.692/71. Porém cabe enfatizar que somente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 5.692/1971, foi construído um capítulo específico para educação de jovens e adultos: o capítulo IV que versava sobre ensino supletivo.

Para tanto, concordamos com Almeida e Corso (2015) quando dizem que a Lei de Diretrizes e Base - LDB 9394/1996 possibilitou a EJA ganhar maior destaque e visibilidade, sendo reconhecida através de um movimento coletivo e potente como uma modalidade de ensino básica, com currículo específico, fincado nas especificidades desse alunado.

Com a Constituição de 1988, é demarcado o avanço do ponto de vista normativo ao ampliar o dever do Estado para todos aqueles que não têm escolaridade básica, independente da idade. Destinou ainda 50% dos recursos de impostos vinculados ao ensino para combater a falta da alfabetização e universalizar o ensino fundamental (HADDAD, 2006).

Desse modo, a Constituição Federal de 1988, disposto nos art. nº 208 capítulo IV, VI e VII inclui desde creches até o ensino médio, abarcando ainda a EJA, além de outros programas fortalecidos em diversas esferas da gestão pública, apenas o ensino superior não é contemplado neste artigo aqui citado.

Assim, a educação como um dos direitos e garantias fundamentais assegurada pela Constituição de 1988, tem em seu Artigo 6º que determina, “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança...” (BRASIL, 1988, p. 3).

Portanto, na Seção V – Da Educação de Jovens e Adultos, do Capítulo II – Da Educação Básica, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394, de 23 de dezembro de 1996, trata nos artigos nº 37 e nº 38:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida. (Alterada pela redação dada pela Lei nº 13.632, de 2018) (BRASIL, 1996)

Com o art. 37, cria-se a possibilidade de retratar o direito expropriado do cidadão em idade própria, garantindo os estudos, além do acesso e permanência ao ensino e aprendizagem, assegurando o entendimento desta política como fundamental para formação da classe trabalhadora.

Em seu inciso 1º que trata:

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular,

oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. (BRASIL, 1996)

Assumindo o princípio da equidade, os incisos 1º e 2º, destacam-se pelo reconhecimento da pluralidade da classe trabalhadora, grupo efetivo que compõe o alunado da EJA, sobretudo reconhecendo os impactos das condições de vida e de trabalho, para o desenvolvimento dos estudos.

No que tange o inciso 3º:

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. (BRASIL, 1996)

Busca-se cada vez mais estreitar as concepções da EJA com o mundo do trabalho, fortalecendo o entendimento que aqueles e aquelas que pela EJA forem contemplados, que estejam também qualificados técnica e profissionalmente, para atuar no mercado de trabalho.

O alinhamento dessas concepções, abre precedente para dois vieses de entendimento, apreendidas neste estudo, que trata do enfrentamento ao desemprego, que aponta uma de suas justificativas, a ausência da qualificação da mão de obra, mas também por outro lado, o caráter tecnicista da formação básica, que cada vez mais toma espaço na educação básica.

No artigo nº 38 dispõe:

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames (BRASIL, 1996).

Apesar da seção tratar de poucos elementos sobre a regulamentação da EJA, no artigo nº 38, que discorre nos incisos 1º e 2º sobre a avaliação realizada para

conclusão dos ciclos na EJA. Através dos cursos e exames supletivos, que já se tem um caráter de conclusão aligeirado das formações, o estudante pode concluí-los, evidenciando muitas das vezes que a preocupação com a EJA está mais em certificar os sujeitos do que o processo de ensino e aprendizagem em si.

É importante destacar que com base nesses artigos, que os demais documentos, leis e pareceres que norteiam e regulamentam a EJA foram construídos.

Almeida e Corso (2015) chama a atenção, que o governo Fernando Collor de Mello (1990-1992) é demarcado pelo retrocesso com relação aos avanços obtidos na década de 1980, sendo extinta a Fundação Educação que mais tarde passou a gerir as ações desenvolvidas pelo MOBREAL. Importante aqui destacar que, no mesmo ano o MEC iniciou o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), entretanto, o mesmo foi extinto após um ano de funcionamento por falta de investimento financeiro.

No governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2003), por meio da expansão e aprofundamento das reformas neoliberais, é reforçada a desresponsabilização do Estado com a EJA, incitando a iniciativa privada e a filantropia a assumir esse atendimento.

Movidos pela desmobilização com o fechamento da Comissão Nacional de Educação de Jovens e Adultos (CNEJA), o governo através do Programa Alfabetização Solidária (PAS), transferiu para ações filantrópicas partes significativas da responsabilidade pública no enfrentamento ao analfabetismo, assumindo o lugar do favor e da benevolência, práticas com histórico marcada pela Igreja Católica, na formação da sociedade brasileira.

Conforme Almeida e Corso (2015), ainda nos anos de 1990, com a criação do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério), houve uma série de perdas para EJA, como o rebaixamento da idade para prestar exames para o supletivo, que vale ressaltar, já estava assegurado por lei, a idade mínima para acesso ao ensino fundamental que ficou estabelecido em 15 anos e para o ensino médio em 18 anos, passando assim a ter caráter supletivo e de aceleração do ensino regular.

Destaca-se que no governo de FHC, não havia qualquer política para a EJA, visto que os programas existentes, como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e Alfabetização Solidária, não aconteciam no âmbito do MEC (Carvalho, 2006).

Nessa perspectiva, a luz de Almeida e Corso (2015):

A nova identidade da EJA, ampliada, fragmentada, heterogênea e complexa, revelou-se nas atividades propostas pelas diferentes entidades, especialmente, pelo número elevado de experiências desenvolvidas com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), voltadas à alfabetização, à educação básica, ou aos cursos profissionalizantes de nível básico. (ALMEIDA e CORSO, 2015, p.1292)

Num movimento de respaldar-se na organização jurídica do estado brasileiro que era resultado de intensas lutas travadas pelos defensores do direito à educação pública e de qualidade, esta organização também sustentava-se nos acordos internacionais, a EJA firmou-se a partir das ideias defendidas na Conferência Mundial sobre Educação para Todos em Jomtien, na Tailândia, em 1990, por meio do seu principal documento, a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, e buscava nivelar-se a V Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos (CONFINTEA), em Hamburgo, Alemanha (1997), que num movimento amplo e intenso, estabelecia na Declaração de Hamburgo conforme Melo e Silva (2014) que:

[...] educação básica para todos significa dar às pessoas, independentemente da idade a oportunidade de desenvolver seu potencial, coletiva ou individualmente [...]. É fundamental que o reconhecimento do direito à educação continuada durante a vida seja acompanhado de medidas que garantam condições necessárias para o exercício desse direito. (MELO E SILVA, 2014, p.138)

Assim, a EJA era um desafio à materialização do direito à educação, partindo da necessidade de suprir a demanda expressiva de pessoas que já se encontravam no mercado de trabalho assumindo determinados empregos que exigiam maiores níveis de escolaridade, sendo o analfabetismo a veia pulsante desse movimento pelo o fortalecimento desta modalidade.

No governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010) Almeida e Corso (2015), aponta que há uma transformação no cenário nacional da EJA, com a expansão da educação profissional e também uma mudança na concepção do seu financiamento, ao assumir a política da EJA como prioridade do programa de governo, incorporaram-se as matrículas ao financiamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), em contraposição ao antigo FUNDEF, e

desenvolveram-se várias iniciativas distribuídas em diferentes Ministérios no período compreendido entre 2002 a 2006 voltadas aos jovens e adultos trabalhadores.

Os autores ainda destacam os programas:

Brasil Alfabetizado, Saberes da Terra, Proeja, Escola de Fábrica, Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos, ENCEJA, Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã, Plano Nacional de Qualificação, Agente Jovem, Soldado Cidadão, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, PRONERA, PROEP (Ministério da Educação e Ministério do Trabalho), Plano Nacional de Qualificação, PNQ (MTE), Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da área de Enfermagem - PROFAE (Ministério da Saúde), Programa de Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade Civil/Soldado Cidadão (Ministério da Defesa). (ALMEIDA e CORSO, 2015, p. 1293)

Tais ações do governo almejavam atingir o que havia sido acordado na publicação na Seção V – da LDBEN, conforme já detalhado nesta seção, produzindo grandes avanços no combate ao analfabetismo do país, sobretudo, na mudança do imaginário brasileiro, quanto à importância da educação na formação de adultos.

Cabe ressaltar segundo dados do MEC (2022), que na atualidade existe segundo a Lei nº11.494 de 20 de junho de 2007, o FUNDEB que é de natureza contábil e de âmbito estadual, composto por recursos provenientes de impostos e das transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

O processo histórico da EJA no Brasil é atravessado pelos programas destinados à Educação Básica, primando às ações direcionadas ao combate do analfabetismo, que traz para centralidade das ações o público jovem e adulto, com um tímido incentivo por parte dos gestores públicos em cada vez mais profissionalizar este público, uma vez que por não concluírem as etapas básicas de ensino, há também a perda nas certificações profissionais.

Assim, além do incentivo à aprendizagem da leitura e escrita, para que os jovens e os adultos pudessem ter emitidas documentações pessoais, exercer o direito ao voto, e nesse por interesse de um projeto político, há também o estímulo à alfabetização requisitada por exigências do cenário econômico.

Portanto, nesse breve histórico aqui apresentado, é possível perceber que a formação histórica a qual está fundamentada a EJA no Brasil, é demarcada por inúmeros episódios de avanços e retrocessos, numa relação de forças políticas a fim de afastar a população dos espaços de decisões sociais.

Por muitas das vezes, o analfabetismo foi utilizado como instrumento para deslegitimar o lugar político da classe trabalhadora, sendo necessário a própria conjuntura econômica, política e social tensionar as elites, por mão de obra qualificada para modernização do país.

Desse modo, o Brasil do século XXI conforme Haddad e Di Pierro (2000) tem o desafio de integrar-se cultural, tecnológica e economicamente as sociedades pós-industriais, comportando dentro de si disparidades sociais, com que as possibilidades e os desafios da educação também estejam colocados para extensas parcelas de nossa população.

Assim, o maior desafio aqui exposto é encontrar possibilidades de, para além da conjuntura social, do cenário pandêmico e os impactos do mesmo, assegurar cada vez mais a universalização da alfabetização como forma de enfrentamento às demais outras mazelas sociais.

3. BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DA COVID-19 NO BRASIL

No final de 2019, o mundo foi acometido por um surto de infecção respiratória provocada por um conjunto de vírus da família SARS-CoV-2 ou Novo Coronavírus que causa a doença Covid-19. Os estudos da Organização Mundial de Saúde (OMS) em 2020, apontam a origem do vírus na China, mais precisamente a cidade de Wuhan, na província de Hubei, onde os primeiros casos da doença foram registrados.

Segundo a Fiocruz (2020), o nome Covid é a junção de letras que se referem a (CO)rona (VI)rus (D)isease, o que na tradução para o português seria "doença do coronavírus", fazendo referência a sua descoberta no ano de 2019, intitula-se Covid-19. Doença com alto grau de contágio e potencialmente letal, o Novo Coronavírus propagou-se com grande velocidade entre os países, afetando profundamente os diversos setores da sociedade, levando as autoridades de saúde a declarar, oficialmente, que o mundo estava diante de uma pandemia (OMS, 2020).

Em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou o surto da doença causada pelo novo Coronavírus como uma emergência de saúde pública, de importância internacional e global, evidenciando a rapidez na proliferação tornou-se muito mais preocupante do que a própria gravidade do vírus, visto que haveria risco de colapso nas redes públicas e privadas de atendimento à saúde.

Assim, em 11 de março de 2020, foi declarada oficialmente pela OMS que a Covid-19 caracterizava-se como uma pandemia, pois a disseminação do coronavírus alcançou mais de 100.000 casos, distribuídos em mais de 100 países.

Diante do contexto pandêmico, dessa nova realidade, autoridades governamentais em todo o mundo foram obrigadas a adotar várias medidas, publicadas em instrumentos legais e normativos, no intuito de conter a propagação da doença.

No Brasil, é possível observar que a Pandemia da Covid-19, foi reconhecida no Brasil através do Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020, seguida por decretos estaduais e municipais que procuravam introduzir o distanciamento social, a prática do uso de máscara e álcool gel, bem como fechamento e suspensão de diversos estabelecimentos e serviços, impactando diretamente nas escolas e na oferta de EJA, nosso interesse em particular.

Sousa, Oliveira e Cunha Júnior (2022) ao debruçar-se em investigar a Covid-19 e o contexto educacional, refletem que o cenário pandêmico impactou e impacta a

vida das pessoas, devido principalmente às inúmeras estratégias para contenção do rápido contágio e do avanço da doença na população, que objetiva consolidar as medidas de controle da infecção, recomendadas pela OMS e Organização Pan-americana de Saúde (OPAS).

As estratégias utilizadas pelos estados, com orientações por parte dos órgãos de controle sanitários, consistem em medidas não farmacológicas adotadas pelos países, conforme Sousa, Oliveira e Cunha Júnior (2022) são:

distanciamento social e físico (pelo menos um metro de distância), restrição de viagens (aéreas, rodoviárias e marítimas), uso de máscaras em todos ambientes (públicos e privados), ênfase na higienização das mãos com água e sabão ou álcool em gel, lockdown, quarentena (1-14 dias), além de elaboração e adoção de protocolos para identificação de sinais e sintomas da Covid-19 na população, sobretudo na parcela que possui alguma comorbidade e ou é idosa. (SOUSA, OLIVEIRA E CUNHA JÚNIOR, 2022)

Além das medidas apontadas pelos autores, o Lockdown (Confinamento), foi uma das medidas mais radicais, utilizadas no país a fim de conter o vírus, que chegou a grandes escaladas de contaminação sendo facilmente disseminado devido a sua natureza de proliferação, sendo o contágio por vias respiratórias.

O Ministério da Saúde (MS), através da Secretaria de Vigilância à Saúde (SVS), emitiu o Guia de Vigilância Epidemiológica do Covid-19 que mostra os dados de contaminação da doença no Brasil, evidenciando que até julho de 2022, foram confirmados 32.759.730 casos de infecção do Covid-19, sendo destes 673.073 óbitos. Em destaque, a região Sudeste tem o maior índice de contaminados, sendo estes 12.988.819 e a região Norte em contrapartida, sendo a menor com 2.583.873.

Os dados anteriores, exprimem uma realidade cruel a qual a população foi exposta, desencadeando diversas outras problemáticas, que requereu trabalho coletivo e muito empenho de pesquisadores, a fim de solucionar, ou mesmo amenizar os impactos no decorrer do processo.

Não obstante, no cenário educacional em que o distanciamento social foi essencial para preservação da vida, o processo de ensino e aprendizagem pública sofreu diversos golpes, onde os professores tiveram suas formações colocadas em questão, mas sobretudo tiveram que aprender novas formas de educar.

Para Sousa, Oliveira e Cunha Júnior (2022), no que tange as complexidades que envolve as tratativas da EJA, é importante apontar que:

A pandemia tão somente retirou abruptamente os subterfúgios empregados como serviu de justificativa para o descaso dos governos estaduais e municípios com a EJA, principalmente no que diz respeito às políticas públicas de financiamento e de formação continuada. (SOUSA, OLIVEIRA E CUNHA JÚNIOR, 2022)

Portanto, para além da emergência da Covid-19, aqui apontada, a EJA tem na sua constituição, agravantes que estão imbricados na formação da sociedade brasileira, condicionadas a classe trabalhadora. Desse modo, a pandemia não atinge igualmente toda a sociedade, mas acirra as problemáticas historicamente já existentes no campo das desigualdades de renda, de gênero, raciais, entre outros marcadores sociais que estão diretamente relacionados com o público da EJA.

4. CAMINHOS PERCORRIDOS NA PESQUISA: LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

A investigação, aqui proposta, conforme já dito na introdução deste trabalho, desenvolve-se no contexto da Pandemia da Covid-19, evidenciando as produções científicas publicadas sobre a EJA, entre 2020-2022. Cabe ressaltar que a plataforma Oasisbr foi escolhida como lócus da pesquisa devido ao seu objetivo de reunir, dar visibilidade e acesso aos conteúdos científicos produzidos por pesquisadores que atuam nas instituições de ensino brasileiras e portuguesas.

Esta etapa do trabalho de pesquisa teve como objetivo explicitar as formas de aproximação ao objeto de estudo utilizadas em seu desenvolvimento e análise, tomando por base as concepções de Minayo (2009) e Gil (2002), a metodologia utilizada trata-se de pesquisa qualitativa com estudo bibliográfico que determinou os caminhos a serem percorridos considerando que não existe neutralidade na pesquisa.

A considerar a importância da pesquisa qualitativa, Minayo (2009) aponta que a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está referida a elas. A autora define metodologia como o caminho e os instrumentos próprios para abordar o real, que inclui principalmente concepções teóricas da abordagem, que permitem a compreensão da realidade, além de tomar a criatividade do pesquisador como instrumento a ser utilizado.

Ganhando cada vez mais destaque nas pesquisas realizadas na área educacional, Minayo (2009) reflete que a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, fenômenos que fazem parte do cenário social, meio às relações estabelecidas entre indivíduos.

No trato da pesquisa com estudo bibliográfico, Gil (2002) aponta que:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Esse tipo de pesquisa é praticamente utilizado em todos os tipos de estudo, entretanto, há casos específicos que são desenvolvidos utilizando unicamente as fontes bibliográficas. (GIL, 2002, p. 44)

Assim, a identificação dos trabalhos no referido portal, tornou possível refletir os impactos pandêmicos nesta modalidade educacional, que é de fundamental importância para conclusão do ciclo de formação básica de jovens, adultos e idosos da classe trabalhadora, no que tange a política pública, no cerceamento dos

investimentos educacionais, afastamento escolar, o uso das ferramentas tecnológicas como alternativa pedagógica, os aspectos da saúde mental e sobretudo, a formação de professores.

Desse modo, em uma mesma busca com as palavras-chave escolhidas, foi possível encontrar: artigos científicos, livros, capítulos de livros, artigos apresentados em conferências, conjuntos de dados de pesquisa, *preprints*, dissertações, teses, TCC, etc, havendo também acesso ao conteúdo científico presente no Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP) que tem por objetivo, agregar e indexar os conteúdos científicos com acesso público existentes nos repositórios institucionais das entidades portuguesas de ensino superior, e outras organizações de P&D de Portugal.

Nesse sentido, objetivando um cruzamento de dados que o resultado encontrado, abordasse simultaneamente a EJA e a Pandemia da Covid-19, foi encontrado 47 resultados, ao utilizar o operador Booleano AND, a busca realizada no dia 23 de abril de 2022 foi afinada para 32 resultados, sendo estes 8 Teses de Doutorado, 7 Dissertações de Mestrado, 3 Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) e 14 Artigos.

Portanto, o corpus empírico da pesquisa qualitativa, de base bibliográfica, deste trabalho consiste nestes 32 trabalhos, a seguir analisados detalhadamente:

Quadro 1 – Teses EJA e Pandemia Covid-19 no IBICT

Nº	ANO	TÍTULO DO TRABALHO	AUTORES(AS)	ESCOLHIDO PARA ANÁLISE?
1	2021	A Política de EJA EPT no CTISM: Um Estudo sobre as Transformações Vivenciadas na e para Além da Pandemia	Shirley Bernardes Winter	NÃO
2	2021	Escrevivências e Reexistências: Discentes da EJA como Sujeitos Leitores e Escritores	Severino Alves Reis	NÃO
3	2021	No Passo, no Compasso e no Tecer de Travessias: Narrativas de Jovens e Adultos de uma Escola da Rede Municipal de Juiz de Fora	Anamaria Paixão Pereira	NÃO
4	2021	O Livro de Imagens Pelos Olhares de Estudantes e Mediadores da Educação de Jovens e Adultos	Rosana Aparecida Alves Reis	NÃO
5	2021	Poesia, Professor?: Reações de Estudantes da EJA a Poesia Lírica em Aulas de Português durante a Pandemia	Manuel Carlos Montenegro	NÃO

continuação

6	2021	Um Professor da EJA e as Representações sobre o seu Trabalho: Uma Abordagem Discursiva	Ana Paula Pelegrinelli de Farias Lima	NÃO
7	2020	As Doenças Parasitárias na Educação Popular: Uma Proposta Metodológica na Formação Permanente de Professores da Educação de Jovens e Adultos de Manaus	Odon Brasil Pereira	NÃO
8	2020	Um olhar sobre as Tecnologias como Apoio no Contexto da Educação de Jovens e Adultos – EJA interventiva do Distrito Federal	Daniel Santos da Cruz	NÃO

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

No processo de afunilamento desta investigação, das oito teses encontradas, uma não foi possível analisar, em virtude da indisponibilidade do arquivo na plataforma (link com erro). Além disso, as outras sete restantes, não tratavam especificamente de produções que tomam por base a EJA na Pandemia da Covid-19, de acordo com o objetivo deste TCC.

Portanto, as teses não fizeram parte do corpus empírico da análise do que dizem os trabalhos identificados, mais adiante será apresentada. De um modo geral, a referência à Covid-19 nestes trabalhos se deve ao fato das dificuldades encontradas pelos pesquisadores, durante a pandemia, e adaptações realizadas na forma da coleta de dados dos trabalhos, em sua maioria, já em andamento, quando fomos acometidos pela pandemia.

Nesse sentido, considerando que os Programas de Doutorado duram em média quatro anos, acreditamos que as publicações desse tipo de produção acadêmica, que tomem a EJA na Pandemia da Covid-19 como objeto de análise, ainda estão sendo produzidas e os resultados devem ser conhecidos a partir, mais ou menos, do ano de 2024.

A seguir, apresenta-se os resultados iniciais das dissertações identificadas, utilizando o mesmo procedimento de busca no IBICT:

Quadro 2 - Dissertações EJA e Pandemia Covid - 19 no IBICT

Nº	ANO	TÍTULO DO TRABALHO	AUTORES(AS)	ESCOLHIDO PARA ANÁLISE?
1	2021	A Educação de Jovens e Adultos e o Ensino Remoto: Multiletramento Centralizado no Estudo dos Gêneros Textuais em Propostas de Atividades de Leitura, de Análise Linguística/Semiótica e de Produção Textual	Rachel Ângela Rodrigues Dias	SIM
2	2021	Buscando Convergências entre Valores e Práticas Pedagógicas: O Ensino de Ciências Em Um Ciclo De Pesquisa-Ação Na Escola Em Uma Prisão	Sandro Luiz Giongo	NÃO
3	2021	Desenvolvimento de Material Didático Digital para Apoio ao Ensino de Alunos Maduros no PROEJA/CTISM	Lubia Telma Garcia Wustrow Souza	NÃO
4	2021	O Cotidiano Doméstico e a Educação de Jovens e Adultos: Uma Proposta de Atividades para os Anos Finais do Ensino Fundamental	Camile Mohana de Carvalho Conte	NÃO
5	2021	Trajetórias de Mulheres da/e na EJA e seus Enfrentamentos as Situações de Violências	Maria Cláudia Mota dos Santos Barreto	NÃO
6	2020	Algebrismo e o Ensino de Funções: Uma Proposta Didática para a Educação de Jovens e Adultos	Carlos Antônio Rezende Filho	NÃO
7	2020	Juvenilização Dos Educandos Da Educação De Jovens E Adultos Do Ensino Fundamental II E Médio	Josmaria Aparecida de Camargo	NÃO

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Das setes dissertações identificadas, apenas uma foi tomada como objeto de análise bibliográfica neste trabalho, por apresentar a temática desejada, para construção desta investigação científica. As demais dissertações encontradas, foram excluídas pela mesma razão das teses, por não trabalharem e oferecerem elementos para a reflexão proposta neste estudo sobre a EJA na pandemia Covid-19.

A dissertação analisada tem como título “A Educação de Jovens e Adultos e o Ensino Remoto: Multiletramento Centralizado no Estudo dos Gêneros Textuais em Propostas de Atividades de Leitura, de Análise Linguística/Semiótica e de Produção

Textual” debruçou-se na construção de um caderno pedagógico para o uso em plataformas digitais de ensino, em aulas remotas síncronas ou assíncronas na EJA dos anos finais do Ensino Fundamental. O trabalho utilizou a projeção dos impactos da pandemia como agente motivador, perpassando o afastamento e distanciamento social impostos pela pandemia para criação de um material pedagógico digital e discussão das repercussões desse material na aprendizagem dos alunos.

A seguir, apresentamos o terceiro quadro contendo os trabalhos de conclusão de curso identificados:

Quadro 3 - TCC EJA e Pandemia Covid - 19 no IBICT

Nº	ANO	TÍTULO DO TRABALHO	AUTORES(AS)	ESCOLHIDO PARA ANÁLISE?
1	2021	Ensino de Biologia em Prisões no Distrito Federal: Perspectivas docentes sobre seus Desafios e Potencialidades	Mateus de Almeida de Souza	NÃO
2	2020	A Educação de Jovens e Adultos – EJA em Diálogo com o Ensino De Ciências Da Natureza Do Ensino Médio	Caroline Fogaça Lisbôa	NÃO
3	2020	O Ensino de Ciências como Ação Política no Sistema Prisional	Tânia Conceição de Souza Barreto	NÃO

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Tal como as teses, os TCC identificados não foram inseridos no corpus empírico da pesquisa, considerando os três TCC anteriormente mencionados, observa-se que estes não apresentam a temática da EJA na pandemia Covid-19. Todos evidenciam de que maneira a pandemia Covid-19 repercutiu na produção e de que maneira ocorreu a adaptação no percurso construtivo da pesquisa.

A seguir, o resultado das buscas realizadas no portal IBICT acerca dos artigos disponíveis:

Quadro 4 - Artigos EJA e Pandemia Covid – 19 no IBICT

Nº	ANO	TÍTULO DO TRABALHO	AUTORES(AS)	ESCOLHIDO PARA ANÁLISE?
1	2022	Os Desafios do Ensino de Matemática no Contexto da Pandemia da Covid-19: Um Olhar para a Educação de Jovens e Adultos	Fabiana Dantas da Costa Antônia Edivaneide de Sousa Gonzaga	SIM

continuação

2	2022	Um Olhar para a Educação de Jovens e Adultos: O que dizem os Estudantes sobre Abandono e Retorno à Escola em Plena Pandemia Do Covid-19	Giselda Mesch Ferreira da Silva	SIM
3	2021	A Educação, a Pandemia e a Sociedade do Cansaço	Érika Simone de Almeida Carlos Dias	NÃO
4	2021	A EJA em Tempos de Pandemia de Covid-19: Reflexões sobre os Direitos e Políticas Educacionais na Amazônia Bragantina	Alessandra Sampaio Cunha Joana d’Arc Vasconcelos Neves Nívia Maria Vieira Costa	SIM
5	2021	Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP): Proposta de Aplicação Prática para o Ensino de Português na Educação a Distância	Camila da Costa Lacerda Tolio Richardt	NÃO
6	2021	Aproximações e Afastamentos pelo Aluno da EJA EAD nos Gêneros Digitais Discursivos como Espaço de Interação	Vilmar do Nascimento Rocha	NÃO
7	2021	BNCC e Pandemia Covid-19: Impactos causados em uma escola EJA cearense	Mário Jorge Nunes Costa Antônio Jorge Lima Barbosa Wendel Melo Andrade Francisco Arnaldo Lopes Bezerra Maria Jose Costa dos Santos	SIM
8	2021	Diálogos sobre Práxis Reflexiva Docente e a Adoção do Ensino Remoto no PROEJA	Aldo Rezende Edna Castro de Oliveira Maria José de Resende Ferreira	SIM
9	2021	Gestão de Prevenção de Acidentes em períodos Pandêmicos: Estudo de Caso em um Laboratório de Análises Clínicas	Camila Carolina Silva de Jesus	NÃO

continuação

10	2021	Indagações na/com a EJA no Contexto de Pandemia: Uma Experiência em Círculos de Cultura Digitais	Soraia Sales Baptista da Costa Machado Graça dos Santos Costa David Mallows Patrícia Lessa Santos Costa	SIM
11	2021	Perspectivas de Professores de Física Mediante o Ensino Remoto Durante a Pandemia de Covid-19	Lilian Felipe da Silva Tupan Glécilla Colombelli de Souza Nunes Anuar José Mincache Antonio Oliveira de Souza	SIM
12	2020	Educação não presencial na EJA do Paraná em Tempos de Pandemia: Uma Proposta Possível?	Francisca Vieira Lima Aldemar Balbino da Costa Cléber Lopes Sonia Maria Chaves Haracemiv	SIM
13	2020	Estratégias e desafios da atuação docente de uma professora no contexto da pandemia da Covid-19	Ana Maria Mota Oliveira Scalabrin Solange Mussato	SIM
14	2020	Os Vestígios da Memória na frequência do Rádio: O MEB e suas releituras atuais	Maria Dolores de Araújo Vicente Juciene Batista Félix Andrade	SIM

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Os artigos tiveram um volume maior de trabalhos, apresentados pelo filtro na plataforma, o total de 14 (quatorze), destes apenas 4 (quatro) não tratavam especificamente do objeto de investigação desta temática.

Assim, finalizada a fase de identificação dos trabalhos anteriormente descrita, realizou-se a triagem dos trabalhos a serem analisados, através da leitura dos resumos das publicações, para que posteriormente fossem categorizados numa análise mais aprofundada.

A seguir apresenta-se o quadro síntese com os trabalhos analisados, sendo estes uma dissertação e dez artigos:

Quadro 4 - Trabalhos analisados EJA e Pandemia Covid – 19 no IBICT

TÍTULO DO TRABALHO	AUTORES(as)
Educação não Presencial na EJA do Paraná em Tempos de Pandemia: Uma Proposta Possível?	Francisca Vieira Lima
Estratégias e desafios da atuação docente de uma professora no contexto da pandemia da COVID-19	Ana Maria Mota Oliveira Scalabrin
Os vestígios da memória na frequência do rádio: O MEB e suas releituras atuais.	Maria Dolores de Araújo Vicente
A EJA em tempos de pandemia de covid-19: reflexões sobre os direitos e políticas educacionais na Amazônia Bragantina.	Alessandra Sampaio Cunha
BNCC e Pandemia COVID-19: Impactos causados em uma escola de EJA cearense.	Mário Jorge Nunes Costa
Diálogos sobre práxis reflexiva docente e a adoção do ensino remoto no PROEJA.	Aldo Rezende
Indagações na/com a EJA no contexto de pandemia: uma experiência em círculos de cultura digitais.	Soraia Sales Baptista da Costa Machado
Perspectivas de professores de física mediante o ensino remoto durante a pandemia de COVID-19.	Lilian Felipe da Silva Tupan
Os desafios do ensino de matemática no contexto da pandemia da COVID-19: um olhar para a educação de jovens e adultos.	Fabiana Dantas da Costa
Um olhar para a educação de jovens e adultos: o que dizem os estudantes sobre abandono e retorno à escola em plena pandemia do Covid-19.	Giselda Mesch Ferreira da Silva
A educação de jovens e adultos e o ensino remoto: multiletramento centralizado no estudo dos gêneros textuais em propostas de atividades de leitura, de análise linguística/semiótica e de produção textual.	Rachel Ângela Rodrigues Dias

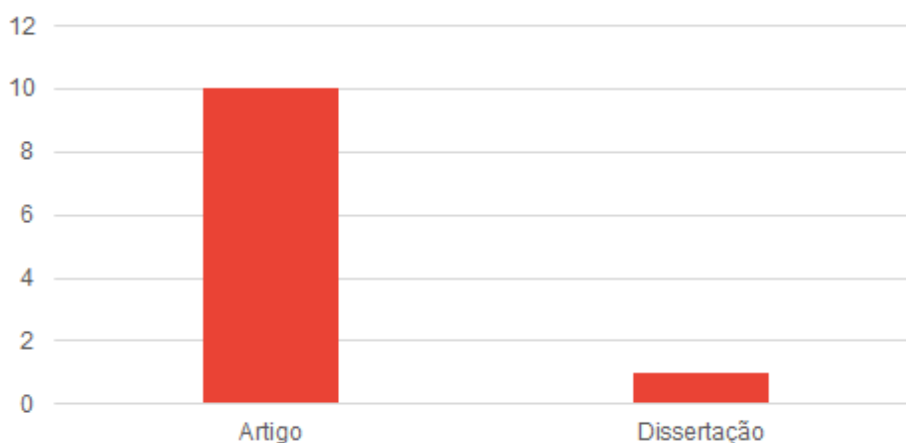
Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Tais publicações norteiam os próximos passos para estruturação desta pesquisa, buscando contribuir para as discussões sobre o que dizem os mais recentes estudos sobre a EJA na pandemia da Covid-19.

A fim de endossar a análise aqui proposta, apresentaremos primeiramente alguns gráficos que categorizam os trabalhos apreendidos para investigação, no que tange o tipo de trabalho, a região da qual está sendo produzido e os anos de publicações.

O primeiro gráfico trata do tipo de trabalho utilizado para análise, sendo estes artigos e dissertação, conforme detalhamento no início desta seção.

Gráfico 1 - Tipo de Trabalho



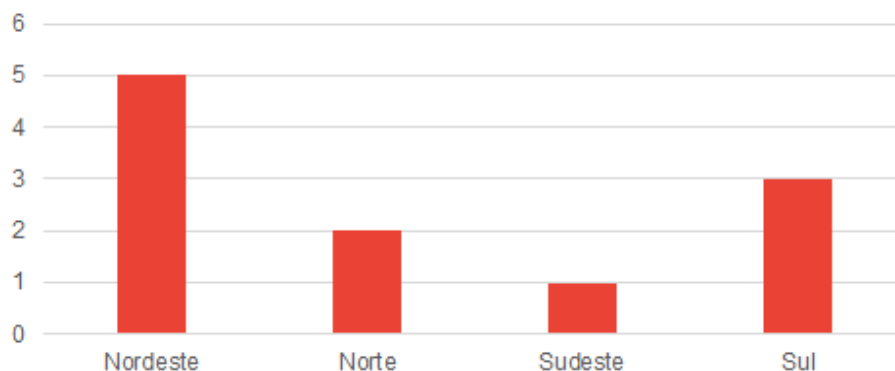
Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Podemos observar que, o cenário pandêmico possibilitou a maior produção de artigos científicos, uma vez que as unidades de educação básica estavam fechadas, assim como de ensino superior, postergando a conclusão dos ciclos nos Programas de Graduação e de Pós-Graduação do país.

Cabe destacar, o quanto é de fundamental importância que os periódicos abriguem em suas reflexões as atualidades sobre o período da pandemia, para contribuir na formulação de entendimentos e cenários sobre o que vem ocorrendo com a EJA.

Este fenômeno, possivelmente, condicionou os pesquisadores a buscar desenvolver reflexões mais independentes, como forma de esquivar-se dos impactos do distanciamento na produção acadêmica. Vejamos quais as regiões temos mais estudos sobre a EJA na pandemia Covid-19:

Gráfico 2 - Regiões



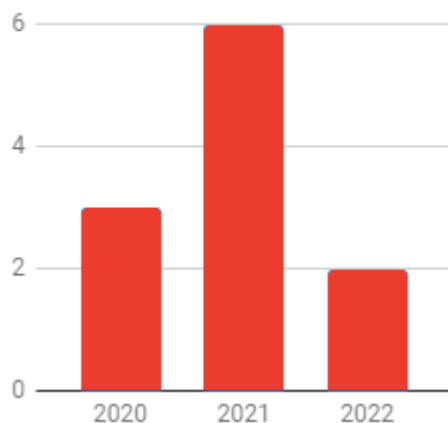
Fonte: Elaborado pelo autor.

No gráfico anterior, evidenciam-se as regiões pelas quais os trabalhos foram publicados: na região Nordeste tiveram cinco trabalhos, na região Sul três trabalhos, na região Norte dois trabalhos e na região Sudeste um trabalho. Tratando especificamente sobre como explicar as informações encontradas, recorde-me do levantamento bibliográfico sobre EJA feito por Musial e Araújo (2022), no qual eles apontam, no dossiê *Educação de Jovens e Adultos: políticas e processos educativos democráticos*, que na região Nordeste existe historicamente uma tradição de experiências e pesquisas no campo da EJA, com destaque para o Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos da Universidade do Estado da Bahia (MPEJA/UNEB)⁴, e para as publicações na região Sudeste e Sul pode ter como justificativa o número de Programas de Pós-graduação em Educação nestas regiões.

No gráfico a seguir, foi possível evidenciar os anos de maior concentração das publicações: três trabalhos em 2020, seis trabalhos em 2021 e dois trabalhos em 2022, considerando que neste último, o ano ainda não foi concluído, e, portanto, espera-se que outras pesquisas e estudos sejam divulgados.

⁴ O MPEJA/UNEB tem como principal objetivo suprir as deficiências de pesquisa e intervenção dentro do campo da EJA, visando proporcionar debates, vivências e pesquisa acerca do que vem ocorrendo na realidade do dia a dia da prática da EJA em território baiano, de modo a proporcionar maior contribuição científica para a melhoria da qualidade do ensino e das políticas públicas da EJA nos níveis estadual, nordestino e brasileiro.

Gráfico 3 - Ano de Publicação



Fonte: Elaborado pelo autor.

Ocorre que a concentração de publicações com a temática da EJA na pandemia no ano de 2021, dá-se pela retomada mesmo que tímida do funcionamento dos Programas de Graduação e Pós-Graduação, incentivando maiores publicações acadêmicas, se debruçando em analisar os impactos da pandemia e as ferramentas utilizadas frente aos danos causados pela mesma.

A seguir, daremos continuidade à análise das produções, enfatizando especificamente o conteúdo explorado pelos autores, bem como, o que se pode apreender sobre o que dizem os estudos sobre os impactos da pandemia da Covid-19 na EJA.

5. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CENÁRIO ATUAL DE PANDEMIA COVID-19: O QUE DIZ A PRODUÇÃO ACADÊMICA RECENTE

Nesta seção, como já foi anunciado em outros momentos do TCC, nos propomos a analisar os onze trabalhos, resultantes da identificação do corpus empírico da pesquisa bibliográfica deste estudo, sendo estes uma dissertação e dez artigos.

Foram tomadas quatro categorias de análise das oito utilizadas pelos autores Musial e Araújo (2022) no artigo *Políticas Públicas de/para a Educação de Jovens e Adultos: um balanço de artigos publicados no Portal de Periódicos CAPES*, o qual compõe o Dossiê *Educação de Jovens e Adultos: políticas e processos educativos democráticos*, a saber: **Alfabetização, Educação, Formação de Professores, Gestão, Participação, Programas/Projetos/Campanhas, Política, e Trabalho.**

As quatro categorias aqui utilizadas para análise foram **Formação de Professores, Política, Participação e Programas/Projetos/Campanhas.**

Com a complexidade que perpassa a análise das Políticas Públicas da EJA, para compreensão das categorias, Musial e Araújo (2022) apontam que é importante apreender que:

[...] categorias de análise da problemática investigada de forma multidimensional e/ou interseccional, e que os temas associados são apresentados de forma transversal, e isso, a nosso ver, amplia a compreensão do leitor acerca da temática em discussão. (MUSIAL E ARAÚJO, 2022)

Como vimos, as discussões que permeiam a formação de professores que atuam na EJA é um tema bastante discutido no cenário atual, assim, dentre os trabalhos analisados, seis deles enquadram-se na categoria Formação de Professores. Elencamos os subtemas vinculados a esta categoria que surgiram nos trabalhos e serviram de métrica para esta classificação, sendo eles: Aprendizagem; Formação Inicial; Formação Continuada; Formação Integrada; Educação Social; Experiência; Memória; Políticas Cognitivas; Profissionais da EJA; e Trabalho.

Categorizada na Formação de Professores, a dissertação “A educação de jovens e adultos e o ensino remoto: multiletramento centralizado no estudo dos gêneros textuais em propostas de atividades de leitura, de análise linguística/semiótica e de produção textual”, com autoria de Dias (2021), uma docente-pesquisadora se propõe a desenvolver um caderno pedagógico para uso em

plataformas digitais de ensino, pautando as aulas remotas da EJA como ponto de intervenção.

Dias (2021) chama a atenção para que os alunos da EJA, “sejam incluídos nas práticas digitais do mesmo modo que os alunos das demais modalidades de ensino”, trazendo uma reflexão aprofundada sobre a aprendizagem e as questões geracionais, onde implica que os alunos com idade mais avançada, tenham maiores dificuldades com o uso das ferramentas tecnológicas.

Ainda nesta abordagem, a autora destaca a exploração das plataformas digitais para além da pandemia, por se tratar de recursos que não devem ser desprezados por qualquer que seja a modalidade de ensino.

Desse modo, a dissertação reflete a EJA na pandemia e seus desdobramentos, numa perspectiva de adesão de um material apropriado para utilização de ferramentas digitais para o ensino remoto e cinco artigos, que abordam a categoria na perspectiva dos desafios e as estratégias que foram utilizadas para lidar com o isolamento social, visto que o professor enquanto educador e mediador das práticas pedagógicas de ensino tendo em vista à aprendizagem necessitou explorar novos métodos e inovar suas práticas, agora não mais de forma presencial, e sim através do ensino remoto, promovendo transmissões ao vivo, buscando manter o contato entre aluno e professor.

É necessário destacar a ousadia da pesquisadora, em antecipar os impactos pandêmicos da Covid-19 na educação brasileira, se propondo a desenvolver uma ferramenta de aprendizagem tecnológica, problematizando o ensino e aprendizagem dos educandos da EJA.

Nos artigos a categoria se apresenta com muita riqueza e com contribuições importantes para pensar a formação dos professores na EJA. No primeiro artigo, por exemplo, “Os desafios do ensino de matemática no contexto da pandemia da Covid-19: um olhar para a educação de jovens e adultos” COSTA e GONZAGA (2022) buscam refletir as dificuldades enfrentadas pelos professores e alunos durante o ensino remoto na modalidade da EJA, especificando os aspectos educacionais referentes ao ensino da Matemática no cenário da pandemia.

As autoras, a partir de uma abordagem qualitativa utilizaram onze entrevistas basilares para a investigação científica, sendo estas com dez alunos da EJA do ciclo IV ensino fundamental e uma com o professor titular de Matemática da respectiva turma.

O trabalho evidenciou as fragilidades educacionais potencializadas pela pandemia no desenvolvimento do componente objeto de análise. Nesse sentido apontou, “as dificuldades e a necessidade de uma transformação no processo de formação, associando o ensino e aprendizagem no desenvolvimento e construção de uma educação sólida e inovadora, visando à formação de cidadãos críticos e conscientes de suas ações”.

No segundo artigo “Indagações na/com a EJA no contexto de pandemia: uma experiência em círculos de cultura digitais” a categoria formação de professores é abordada através da metodologia freireana dos Círculos de Cultura, buscando explorar o desenvolvimento e a formação profissional dentro de uma Comunidade de Práticas na EJA no Brasil no cenário pandêmico.

Os autores destacam o protagonismo do Programa de Mestrado Profissional da EJA da Universidade Estadual da Bahia (UNEB), na fomentação desta comunidade “realizado com uso das tecnologias da informação e comunicação, cujo objetivo principal foi interrogar, refletir e analisar os desafios e possibilidades das políticas públicas para a EJA no contexto da pandemia” (MALLOWS e COSTA, 2021), através de um processo dialógico e democrático, que possibilite aos atores comprometidos com a EJA, reflitam e compartilhem as suas ações.

A proposição dos autores, além de contribuir para o fortalecimento do ensino e pesquisa acadêmica, busca promover a inovação, desenvolver capital social e facilitar a criação e disseminação de conhecimento sobre, na e para a EJA na Bahia.

No terceiro artigo “Perspectivas de professores de Física mediante o ensino remoto durante a pandemia de Covid-19”, publicado por Tupan, Nunes, Mincache e Souza (2021) ao buscar compreender melhor o panorama do ensino remoto durante a pandemia, através do relato de experiência dos professores de física que estão nos diversos espaços de atuação, sendo eles Ensino médio, EJA e Ensino Superior, no âmbito público e privado, os autores oferecem pistas importantes para a compreensão sobre os problemas enfrentados pelos professores no ensino de jovens e adultos.

Segundo os autores Tupan, Nunes, Mincache e Souza (2021):

áreas do ensino as disciplinas das ciências exatas sofrem um impacto relativamente grande nessa transição (presencial * remoto), pois, em geral, por ser disciplina que contam em sua maior parte com aulas práticas/expositivas em que se faz uso excessivo do quadro negro para expor equações e resolução de exercícios. (TUPAN, NUNES, MINCACHE e SOUZA, 2021)

Esse panorama aponta a preocupação com a qualidade do ensino e com o bem-estar psicológico dos professores, que reflete na formação dos professores, que precisam se adequar ao ensino remoto. Desse modo, a necessidade de uma formação específica para os educadores e educadoras da EJA, torna-se o elemento em comum dos trabalhos aqui citados.

No quarto artigo analisado, intitulado “Estratégias e desafios da atuação docente de uma professora no contexto da pandemia da Covid-19”, das autoras Scalabrin e Mussato (2020) se propõe através de relato de experiência descrever e analisar ações da atuação docente vivenciada pela autora/professora Ana Maria Mota Oliveira Scalabrin, docente da Secretaria de Estado da Educação e Desporto, em Boa Vista - RR, com a implantação do ensino remoto, decorrentes das orientações do Plano de Implementação das atividades não presenciais.

Nessa pesquisa, Scalabrin e Mussato (2020) discutem conceitos de educação híbrida e ensino remoto, com vistas a subsidiar e qualificar as práticas pedagógicas adotadas pelos professores para o desenvolvimento de atividades não presenciais, outro grande desafio para a formação de professores.

Destaca-se que os dados são frutos das práticas adotadas no ensino remoto, na disciplina de Matemática na etapa do Ensino Médio na modalidade EJA, revelando que o ensino remoto tem sido um desafio nas práticas pedagógicas atuais, que requisitando novas metodologias de ensino, as quais necessitam de tecnologias digitais, que objetivem transformar o papel do professor e dos estudantes, ressignificando os conceitos de ensino e aprendizagem.

O quinto e último artigo da categoria formação de professores disposto em análise é intitulado “Os vestígios da memória na frequência do rádio: O MEB e suas releituras atuais”, produzido pelas autoras Vicente e Andrade (2020), busca analisar o desafio de realizar a EJA em formato remoto na cidade de Caicó - RN, em virtude do isolamento social determinado pelo cenário pandêmico.

Referenciada na implantação do Movimento de Educação de Base (MEB), que impulsionou a instalação da Emissora de Educação Rural, que utilizava o uso do rádio como elemento mediador do ensino-aprendizagem.

Segundo Vicente e Andrade (2020), em tempos de desconforto, medo e falta de “futuro”, o rádio reacende seu lugar de ferramenta tecnológica, a serviço da educação. Desse modo, é importante pontuar que o acesso democrático a internet e

a informação ainda é bastante precária em algumas localidades, contribuindo em muitos aspectos para o sucateamento da EJA, assim como a evasão escolar.

É necessário pontuar, a importância que as publicações analisadas trazem na contribuição de novas práticas para a EJA no Brasil, conforme apontam Laffin e Alcoforado (2022) que:

caminha-se, assim na direção de uma transformação orientada e consciente das populações jovens e adultas, a partir dos recursos disponíveis e mobilizáveis, que pode constituir-se como movimento para conciliar as transformações indispensáveis e a garantia de aprofundamento das dimensões fundacionais de comunidades e de uma sociedade planetária melhor. (LAFFIN e ALCOFORADO, 2022)

Portanto, em relação à formação de professores de EJA cabe destacar que o papel do professor deve ser sempre alvo de reflexões e abertura para novas metodologias, na premissa de reconstruir novas perspectivas para as práticas pedagógicas e se reinventar profissionalmente.

Nesse sentido, o contexto das atividades, presenciais ou não presenciais, deve ser considerado a multiplicidade de alternativas metodológicas na prática do professor, com a finalidade de atender as necessidade de readequação do contexto escolar.

A segunda categoria utilizada para a análise foi Política, que no olhar de Musial e Araújo (2022) é necessário:

[...] para compreender as categorias de análise da problemática investigada de forma multidimensional e/ou interseccional, os temas associados são apresentados de forma transversal, e isso amplia a compreensão do leitor acerca da temática em discussão. (MUSIAL E ARAÚJO, 2022)

Os temas associados para inclusão na categoria Política foram: Ação de Governo; Políticas Compensatórias; Políticas de Currículo; Política de Estado; Políticas de Governo; Políticas de Integração; e Políticas Neoliberais.

Nesta categoria foram incluídos três artigos que buscam discutir os impactos da pandemia no ambiente escolar, trazendo uma abordagem no âmbito da documentação que estava em vigor na educação não presencial, as influências sobre o currículo, o regimento escolar e políticas educacionais.

No primeiro artigo “A EJA em tempos de pandemia de Covid-19: reflexões sobre os direitos e políticas educacionais na Amazônia Bragantina”, de autoria de Cunha, Neves e Costa (2021), buscou-se investigar o alcance do direito à educação de jovens e adultos, diante das políticas educacionais brasileiras em tempos de pandemia no referido local.

Assumindo a metodologia de abordagem qualitativa, as autoras debruçaram-se na pesquisa documental, articulando informações de pareceres e legislações, assim como estatísticas da EJA do município estudado.

Os resultados dessa pesquisa segundo as autoras destacam o fechamento de turmas, a diminuição do número de matrículas, e a descontinuidade dos programas específicos para a EJA, junto ao silenciamento diante da não garantia do acesso às instituições de ensino ao público desta modalidade.

Cunha, Neves e Costa (2021) evidenciam a preocupação do entendimento da política educacional, como um direito para todas e todos, fincada nas legislações nacionais e locais.

No segundo artigo “BNCC e pandemia Covid-19: impactos causados em uma escola EJA cearense”, publicado pelos autores Costa, Barbosa, Andrade, Bezerra e Santos (2021), foram analisados o Projeto Político Pedagógico (PPP), o regimento escolar e o currículo de uma escola pública do Ceará, pleiteando avaliar em que medida foram afetados pela pandemia da Covid-19 e pelas novas orientações curriculares para a área de Matemática, advindas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Os autores Costa, Barbosa, Andrade, Bezerra e Santos (2021) apontam que os dados obtidos revelam que ambos os eventos proporcionaram o desenvolvimento de um currículo baseado em competências e habilidades, chamando atenção que o currículo é:

[...] um território de disputas e embates travados entre grupos dominantes e dominados. Desse modo, o currículo não pode ser interpretado no seu sentido puramente técnico, ele deve ser compreendido no contexto econômico, político e social. (COSTA, BARBOSA, ANDRADE, BEZERRA E SANTOS, 2021)

Os dados analisados de ambos eventos, propuseram o desenvolvimento de um currículo baseado em competências e habilidades, com a integração de tecnologias ao currículo, por meio de um ensino de forma remota. Evidenciando um

impacto significativo nas aulas que foram temporariamente mesclando aulas presenciais com atividades à distância.

O terceiro artigo e último da categoria Políticas cujo título é “Educação não presencial na EJA do Paraná em tempos de pandemia: uma proposta possível?”, reflete sobre os documentos que regulamentam a educação não presencial no estado do Paraná, como alternativa emergente frente a pandemia da Covid-19.

Os autores Lima, Costa, Lopes e Haracemiv (2020) apontam as contradições de sua efetivação na política da EJA, considerando a urgência de colocar em pauta a sua importância, sendo identificadas fragilidades no que se refere à formação dos sujeitos envolvidos, bem como às metodologias de acesso ao ensino-aprendizagem.

Ao debruçar-se na abordagem qualitativa com análise documental e bibliográfica, os autores discorrem que para efetivação do ensino não presencial na EJA, é “necessário avaliar de que forma ela seria desenvolvida, o que demandaria uma construção coletiva envolvendo as comunidades escolares”, e, portanto, mobilizar diversos segmentos que contribuem para efetivação da EJA brasileira.

Assim, à categoria Política chama a atenção que o público da EJA necessita de consolidação de políticas públicas que atendam às suas especificidades principalmente no contexto da pandemia. Suas dificuldades históricas de acesso à educação, não podem ser negadas e torna-se indispensável propostas adequadas. De acordo com a possibilidade de ensino não presencial em tempos de pandemia, faz-se necessário avaliar a forma de ensino a ser administrado, o que demandaria uma construção coletiva com a participação das comunidades escolares.

Na categoria Participação que foi escolhida a partir da associação dos seguintes temas de acordo com Musial e Araújo (2022): Atores Sociais; Autonomia Cidadã; Exclusão Social; Movimentos Sociais; ONG; Opressão; Panorama Social; Participação Popular; Resistência; Serviço Público não Estatal; e Sociedade Civil. Foi identificado um artigo que retrata a vivência dos sujeitos que mais foram afetados por essa mudança no ensino presencial para o remoto, destacando aqui a questão do abandono e enfatizando o quanto é importante o ensino presencial num outro momento em que é analisado o retorno.

No artigo, “Um olhar para a educação de jovens e adultos: o que dizem os estudantes sobre abandono e retorno à escola em plena pandemia do Covid-19”, busca entender a realidade de um grupo de estudantes em uma escola municipal da fronteira oeste do Rio Grande do Sul. Ao longo do estudo percebeu-se que o público

não possuía ações afirmativas do governo Federal, dificultando a objetivação da educação remota.

A evasão escolar na EJA é uma realidade da educação brasileira, que se acirrou com a pandemia, tencionando as desigualdades sociais e econômicas, evidenciando assim o descumprimento do Art. nº 37 LDB, que aponta a EJA como modalidade base no enfrentamento ao analfabetismo impactando os grupos de jovens, adultos e idosos.

Nesse sentido, no inciso 1º da referida Lei, que trata do Poder Público viabilizar e incentivar o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e inclusivas, torna-se cada vez mais difícil de ser assegurada, uma vez que com as atividades remotas, a autora aponta no estudo que para os estudantes da EJA, a aprendizagem presencial é mais proveitosa, destacando a inviabilização no acesso às ferramentas tecnológicas, mas sobretudo a dupla jornada de trabalho e estudos, tornando o tempo para realização das atividades inviável.

Desse modo, é de suma importância a investigação da categoria Participação pois dá margem ao olhar dos estudantes da EJA, problematizando as questões que influenciam no acesso e permanência ou na evasão escolar, tencionando os aspectos relacionados às barreiras e dificuldades que os estudantes buscam ultrapassar desde o momento em que retornam ao ambiente escolar, com as mais diversas intenções enquanto protagonistas de sua formação.

Por fim, um artigo foi classificado na categoria Programas/Projetos/Campanhas, que aborda um grupo dentro da EJA que além da formação básica busca a formação profissional sendo aqui discutido os direcionamentos que foram dados a esse grupo, para classificação nesta categoria os temas associados são: Educação em Prisões; Educação Profissional e Tecnológica; MOBRAL; PROEJA; Programa Brasil Alfabetizado; Programa Fazendo Escola; Programa Nacional de Inclusão; Projeto Político Pedagógico; Projetos de Alfabetização; Projetos de Letramentos; e PROJOVEM.

No artigo intitulado “Diálogos sobre práxis reflexiva docente e a adoção do ensino remoto no PROEJA”, dos autores Rezende, Oliveira e Ferreira (2021), é problematizada a adesão do ensino remoto nos cursos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

Na análise do trabalho segundo os autores, buscou-se fazer relação entre os estudos sócio-histórico-culturais do psicólogo Lev Vygotsky e o pensamento do educador Paulo Freire que como apontam os autores tratam da importância da epistemologia da práxis no sentido de exercitar, de forma fundamentada, a problematização de movimento de aparente naturalização das práticas docentes em defesa da educação como prática libertadora.

Ainda que com resultados parciais, a pesquisa documental e a sistematização da experiência permearam as análises em curso da implementação do ensino remoto no PROEJA, como ameaça à formação humana integral, onde os autores destacam a importância do papel ético-político dos educadores, na condição de mediadores dos processos de produção do conhecimento.

Observa-se que, dentre os diversos programas em vigência na EJA, foi apresentado apenas um trabalho publicado na categoria Programas/Projetos/Campanhas, abrindo uma lacuna devido a ausência de trabalhos sobre os diversos programas existentes.

A carência de trabalhos desta categoria publicados neste período, inviabiliza entender como os professores e os estudantes que atuam nesses programas lidam com a pandemia, uma vez que a mesma encontra-se latente, com orientações de cuidados e proteção por parte da OMS.

Destaca-se também que quatro categorias não foram utilizadas para análise dos onze trabalhos, sendo elas: Alfabetização, Educação, Gestão e Trabalho. Desse modo, é necessário que novas publicações abordem essas categorias e temáticas, trazendo contribuições significativas para o entendimento de como a modalidade EJA foi concebida nesse período da pandêmico.

6. CONSIDERAÇÕES

Podemos observar com a finalização desta pesquisa, que a EJA surge principalmente de um movimento amplo e coletivo da Classe Trabalhadora e, mais tarde, abarca contribuições de teóricos acadêmicos que fomentam as discussões desta política, tensionando o debate público.

Após décadas de descaso e desresponsabilização dos governos brasileiro, o tensionamento do sistema capitalista, possibilitou alavancar o processo de avanço na qualificação das políticas públicas para educação de jovens, adultos e idosos, conforme Haddad e Di Pierro (2000).

Foi possível identificar que os trabalhos desenvolvidos sobre EJA na pandemia da covid-19 evidenciam a preocupação dos pesquisadores com a formação de professores e com o registro e discussão de metodologias de aprendizagem que levem em consideração o momento de isolamento social e o ensino remoto, os quais tencionam problemáticas já existentes no cenário educacional, a saber, o desemprego, a fome, o difícil acesso a internet de qualidade, qualificação profissional, formação de professores, saúde mental e o desmonte e descontinuidade de políticas e programas educacionais para a EJA.

A categoria formação de professores apresentou a maior quantidade nos trabalhos analisados, cabe destacar que o papel do professor deve ser sempre alvo de reflexões e abertura para novas metodologias.

Em relação a categoria Política foi sinalizado, no decorrer do TCC, que o público da EJA necessita de consolidação de políticas públicas que atendam às suas especificidades principalmente no contexto da pandemia.

A respeito da categoria Participação, esta que dialoga diretamente com os desafios que os estudantes da EJA enfrentam, problematizando as questões que influenciam na permanência ou na evasão escolar, salientando que é uma realidade da educação brasileira que foi acirrada neste período tencionando as desigualdades sociais e econômicas.

No que tange a categoria Programas/Projetos/Campanhas, a presença de um única publicação inviabiliza entender melhor como os professores e os estudantes de outros programas lidaram com a pandemia, o que vai requer dos pesquisadores um maior investimento e divulgação dos resultados, o que pode estar ocorrendo em

eventos de compartilhamento de experiências e divulgação de pesquisas em andamento.

Desse modo, é possível perceber a urgência de uma rede de apoio à pesquisa nas boas práticas na EJA durante a pandemia Covid-19, bem como, de denúncia da ausência de políticas e investimento do Estado, o qual muitas vezes, vem operando com o fechamento de turmas, como tem sido observado no município de Salvador/Ba e foi aqui destacado no município de Bragantina/AM, tanto no cenário nacional, mas também nas regiões, considerando as especificidades que acometem cada localidade.

Tomando por base, o esforço de muitos pensadores/as que dedicam suas escritas para compreender melhor a EJA, potencializa os próximos passos no que tange a esse movimento de fortalecimento e multiplicidade que o cenário atual exige, mas sobretudo o que está por vir, o que nos faz pensar na pedagogia libertadora do educador Paulo Freire, e no quanto ela pode subsidiar o trabalho desenvolvido pelos docentes desta modalidade, amparados pela necessidade de indignar-se, todas as vezes que a educação pública sofre ataques, de desmonte e desorganizações.

Ao passo que os diversos povos, atingidos pela pandemia estão aprendendo a viver e reorganizar-se, para educação brasileira, tem sido fundamental o diálogo e o fortalecimento pelo projeto de uma educação pública, gratuita, de qualidade e que possibilite o acesso e permanência a todas e todos.

Por fim, ao tomarmos conhecimento que a EJA é uma das modalidades educacionais que mais sofrem os impactos da pandemia, é importante registrar a necessidade de estudos que possibilitem mergulhar cada vez mais neste mar de urgências, uma vez que essas produções contribuirão para ampliar o olhar e as novas práticas na EJA, mas sobretudo o protagonismo daqueles e daquelas que contribuem para EJA brasileira se efetivar.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS, 2020. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>. Acesso em 10 jun. 2022

AMORIM, A.; LIMA, J. S.; SANTANA, C. S.. **Educação de Jovens e Adultos: Uma Análise das Políticas da EJA na Rede Estadual de Ensino da Bahia**. III Encontro Internacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos. UFSC, 2016.

ARROYO, M. G.. **Formar educadores e educadoras de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

ARROYO, M. G.. **Ofício de mestre: imagens e auto-imagens**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

ARROYO, M. G.. **Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública**. In: NOGUEIRA, Paulo Henrique de Queiroz; MIRANDA, Shirley Aparecida de (Orgs.). Miguel Gonzalez Arroyo: educador em diálogo com nosso tempo. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2011.

BBC. British Broadcasting Corporation. **Coronavírus: o mapa que mostra o alcance mundial da doença**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51718755>. Acesso em: 06 jul. 2022.

BRANDÃO, E. J. R.. **Informática e Educação: uma difícil aliança. Passo Fundo**. UPF, 1995.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 35. ed. Brasília: Edições Câmara, 2012. Acesso em: 10 jun. 2022

BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB [...]. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2007. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2007/lei-11494-20-junho-2007-555612-normaatualizada-pl.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2021.

BRASIL, Senado Federal. **Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional** nº 9.394, 1996. Acesso em: 10 jun. 2022

CORSO, A. M.; ALMEIDA, A. **A Educação de jovens e adultos: Aspectos históricos e Sociais**. In: XII Congresso Nacional de Educação? EDUCERE, 2015, Curitiba. Formação de professores, complexidade e trabalho docente.

COSTA, M. J. N.; BARBOSA, A. J. L.; ANDRADE, W. M.; BEZERRA, F. A.; SANTOS. **BNCC e pandemia Covid-19: impactos causados em uma escola EJA cearense**. RESEARCH, SOCIETY AND DEVELOPMENT, v. 10, p. <https://rsdjour>, 2021.

COSTIN, C..[et al.]. **A escola na pandemia: 9 visões sobre a crise do ensino durante o coronavírus**. 1 ed. Porto Alegre. 2020.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, de 2020 Link de Acesso:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/DLG6-2020.htm Acesso em 06/07/2022

DI PIERRO, M. C., HADDAD, S.. **Transformações nas políticas de educação de jovens e adultos no Brasil no início do terceiro milênio: uma análise das agendas nacional e internacional**. Cad. Cedes, Campinas, v. 35, n. 96, p. 197-217, maio-ago., 2015. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v35n96/1678-7110-ccedes-35-96-00197.pdf>

DI PIERRO, M. C.. **Educação de Jovens e Adultos na América Latina e Caribe: trajetória recente**. Cadernos de Pesquisa, v. 38, n. 134, maio/ago. 2008.

DI PIERRO, M. C.. **Notas sobre a Redefinição da Identidade e das Políticas Públicas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1115-1139, Especial - Out. 2005. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v26n92/v26n92a18.pdf>

DANTAS, T. R.; AMORIM, A.; AQUINO, M.. **Formação de Professores e Práticas Educativas na EJA. Educação de Jovens e Adultos: políticas públicas,**

formação de professores, gestão e diversidade multicultural. 1ªed.Salvador: EDUFBA, 2017, v. 1

FREIRE, P.. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, N. L.. **Educação de Jovens e Adultos e Questão Racial: Algumas Reflexões Iniciais.** In. SOARES, Leôncio, GIOVANETTI, Maria Amélia, GOMES, Nilma Lino (Orgs.). **Diálogos na Educação de Adultos.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p.87-104

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere.** 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. (v. 2).

HADDAD, S.. **Relatório preliminar de pesquisa: a situação da educação de jovens e adultos no Brasil.** São Paulo: Mimeo, 2006

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C.. **Escolarização de jovens e adultos.** Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 14, p. 108-130, mai./ago. 2000.

LAFFIN, M. H. L. F.; ALCOFORADO, J. L. M.. **Educação de Jovens e Adultos: uma análise de políticas públicas, dos sujeitos e de processos educativos.** EDUCAR EM REVISTA, v. 38, p. 1-13, 2022.

LEÃO, M. de. **Lei Saraiva (1881): se o analfabetismo é um problema, exclui-se o problema.** Aedos - Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre, v. 4, n. 11, pág. 602-615, conjunto. 2012.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2009.

Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS): **Guia de Vigilância Epidemiológica do COVID-19.** Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>> Acessado em 07/07/2022

MUSIAL, Gilvanice B. da S. ; ARAUJO, Jurandir A. . **Políticas Públicas de/para a Educação de Jovens e Adultos: um balanço de artigos publicados no Portal de Periódicos CAPES**. EDUCAR EM REVISTA , v. 38, p. 1-22, 2022.

NOVAES, M. A. B. de.; CARVALHO, S. M. G.; SOARE, J. T. A. B.. **Os avanços e limites da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no governo Lula da Silva (2003- 2010)**. REVISTA COCAR (ONLINE) , v. 15, p. 1-20, 202

PINTO, J. M. de R.. **As esperanças Perdidas da Educação de Jovens e Adultos com Fundeb**. Fineduca: Revista de Financiamento da Educação, v. 11, p.14-20, 2021

Plataforma Oasisbr - Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto. Link: <https://oasisbr.ibict.br/vufind/> Acesso em 29/06/2022

Programa Residência Pedagógica da UFBA - Link:

<https://residenciapedagogica.ufba.br/sobre-o-programa-residencia-pedagogica-ufba-rp-ufba> Acesso em 26/06/2022

ROCHA, H. H.; MUSIAL, G. B. da S.; GODINHO, A. C.. **Parcerias entre Estado e sociedade civil na oferta de EJA na Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte**. Educação Unisinos 22(2):166-174, abril-junho 2018. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2018.222.06>

SILVA, F. A. O. R.; MARTINS, R. S.. **Caminhos a Hamburgo: efeitos do movimento CONFINTEA V no Brasil nas lutas pelo direito de jovens e adultos à educação**. CRÍTICA EDUCATIVA , v. v.3 (2017), p. 132/03-145, 2017.

SILVA, N. N. da. **Juventude Negra na EJA: o direito à diferença**. Belo Horizonte. Mazza Edições, 2010.

SOUSA, G. S.; OLIVEIRA, J. M. S.; CUNHA JÚNIOR, A. S.. **A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no contexto da Pandemia**. Revista Humanidades e Inovação, v. 8, p. 350-359, 2022

STRECK, D.. **Cinco razões para dialogar com Paulo Freire**. Revista e-curriculum, São Paulo, v.7 n.3 Dez. 2011, Edição Especial de aniversário de Paulo Freire.

UNESCO. **COVID-19 impact on education**. Paris: Unesco, 2020. Disponível em: <https://en.unesco.org/covid19/educationresponse>. Acesso em: 10 jun. 2022

ANEXOS – RESUMOS

Dissertação - A educação de jovens e adultos e o ensino remoto: multiletramento centralizado no estudo dos gêneros textuais em propostas de atividades de leitura, de análise linguística/semiótica e de produção textual

Esta é uma pesquisa de cunho teórico qualitativo que tem por objetivo geral a proposição de um caderno pedagógico para uso em plataformas digitais de ensino, em aulas remotas síncronas ou assíncronas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), anos finais. A premência de afastamento e de isolamento sociais motivada por uma pandemia ainda não debelada, impulsionou-nos, em vista da necessidade provocada por essa situação inesperada, à criação de um material pedagógico digital, com o fim específico de servir de apoio aos professores para o ensino e aos alunos para a aprendizagem de leitura, de análise linguística/semiótica e de produção textual, pela implementação de atividades que privilegiem o estudo dos gêneros textuais por meio do multiletramento. Embora não haja indicações à EJA na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), consideramos as determinações desse documento quanto ao uso de estratégias de multiletramento também para essa modalidade, tendo em vista que os alunos da EJA devem, observando-se sua cidadania, ser incluídos nas práticas digitais do mesmo modo que os alunos das demais modalidades de ensino. Com relação à metodologia, organizamos a produção do caderno pedagógico em cinco módulos, nos quais, sob o viés de um gênero textual específico, são trabalhadas a leitura, a análise linguística semiótica e a produção textual, observando-se o desenvolvimento de habilidades nos diferentes campos de atuação. As atividades propostas no caderno foram formuladas considerando-se a multimodalidade e remetendo a práticas de letramento digital, visando à concretização de estratégias de multiletramento, contudo partindo-se do pressuposto do uso social dessas ações, não como um fim em si mesmo. Teoricamente nossa pesquisa embasa-se no interacionismo sociodiscursivo de Bronckart (2007), na proposta pedagógica libertadora de Paulo Freire (1987) e em Marcuschi (2009), para a abordagem dos gêneros textuais. Apoiamos-nos nesses autores por se coadunarem com a perspectiva de valorização da dimensão social da educação, visando à autonomia do educando pelo fomento da reflexão e da criticidade, o que se relaciona plenamente às necessidades formativas dos alunos da EJA. Embora saibamos que o ensino remoto obrigatório se deve a uma circunstância passageira, o sucesso da experiência do uso das plataformas digitais indica-nos que sua exploração por professores e alunos deve continuar, mesmo sanada a situação emergencial em que nos encontramos, pois se trata de recurso que não deve ser desprezado por qualquer que seja a modalidade de ensino. Como o material por nós elaborado ainda não foi utilizado pelo público a que se destina, professores e alunos da Educação de Jovens e Adultos, não nos é possível, presentemente, tecer considerações objetivas sobre resultados alcançados, no entanto esperamos, com este trabalho, contribuir verdadeiramente para o desenvolvimento de habilidades de leitura, de análise linguística/semiótica e de

escrita dos alunos da EJA.

Artigo - Os desafios do ensino de matemática no contexto da pandemia da COVID-19: um olhar para a educação de jovens e adultos

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) promove o alcance do conhecimento e a inclusão dos indivíduos que não realizaram seus estudos no período regular, promovendo sua inserção no âmbito educacional. O presente estudo teve como objetivo refletir sobre as dificuldades enfrentadas durante o ensino remoto na modalidade da EJA, especificando os aspectos educacionais referentes ao ensino da Matemática e os desafios que surgiram no contexto da pandemia da COVID-19, nos olhares dos alunos e do professor de Matemática. A pesquisa, de abordagem qualitativa, contou em sua organização metodológica com a revisão da literatura, contemplando aspectos relacionados à legislação e às normas que regem a EJA, relacionando-as ao ensino da Matemática, bem como o pensamento e contribuições do educador Paulo Freire. Como instrumento de coleta de dados, optou-se pela aplicação de um questionário através do Google Forms, tendo como participantes da pesquisa 10 alunos da EJA do Ciclo IV (Ensino Fundamental) e o professor de Matemática da respectiva turma. Na análise, foram evidenciadas as dificuldades e a necessidade de uma transformação no processo de formação, associando o ensino e a aprendizagem no desenvolvimento e construção de uma educação sólida, inovadora, visando à formação de cidadãos críticos e conscientes de suas ações.

Artigo - Um olhar para a educação de jovens e adultos: o que dizem os estudantes sobre abandono e retorno à escola em plena pandemia do Covid-19

Tendo como abordagem metodológica a pesquisa de campo alinhada com a pesquisa bibliográfica, este trabalho tem o objetivo de apresentar o olhar dos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos do EF de uma escola municipal da fronteira oeste do Rio Grande do Sul frente a sua situação. Buscou-se mapear as razões do abandono à escola em tempos que deveriam estar estudando e, ao mesmo tempo, contextualizar o impacto do afastamento social provocado pelo COVID-19 frente as suas expectativas e anseios exatamente em um período que optaram por retornar à escola e concluir sua escolaridade. Sob a ótica da Análise de Conteúdo, os dados da pesquisa apontam as perspectivas e anseios para a volta aos bancos escolares, bem no momento em que a escola precisa fechar-se presencialmente, devido a ameaça do contágio pela COVID-19. O estudo mostrou que o público estudado não possui ações afirmativas do governo federal, tendo sérias dificuldades em acompanhar as atividades escolares via internet por falta de recursos financeiros. Destarte, a pesquisa mostrou que os sujeitos da EJA ao retornarem à escola defrontam-se com questões já vivenciadas no passado: falta de condições para manter a família, visto as dificuldades que o período pandêmico os coloca, forçando muitos a abandonar, novamente, os estudos. Os remanescentes relatam estar felizes com o retorno para a escola e veem na presença física a possibilidade de aprendizagem maior, uma vez que não tem condições de acompanhar as aulas virtuais por questões financeiras e

de tempo para a realização das tarefas pedagógicas.

Palavras-chave: Educação; Ensino; Pandemia; Jovens; Adultos.

Artigo - A EJA em tempos de pandemia de covid-19: reflexões sobre os direitos e políticas educacionais na Amazônia Bragantina

Este trabalho teve como temática a discussão do direito e das políticas educacionais, dando ênfase na Educação de Jovens e Adultos- EJA em tempos de pandemia na Amazônia bragantina. O objetivo da investigação foi analisar o alcance do direito a educação de jovens e adultos diante das políticas educacionais brasileiras e em tempos de pandemia na Amazônia bragantina. A metodologia utilizada preocupou-se em abranger uma abordagem qualitativa, por meio pesquisa documental articulando informações de pareceres e legislações/ estatísticas da EJA do município de Bragança-PA, no sentido de cruzar os dados e informações num movimento circular (SAMPIERI, CALLADO E LUCIO, 2013) e qualificar o corpus de análise. Os resultados levantados mostram antigas e novas questões sobre uma Educação de Jovens e Adultos pautadas em políticas compensatórias de diminuições de tempos e conteúdos, de fechamento de turmas, de diminuição do número de matrículas, fechamento dos programas específicos para a EJA, agravado ainda mais em tempos de pandemia em virtude do silenciamento diante garantia do acesso às instituições de ensino ao público desta modalidade de ensino.

Artigo - BNCC e pandemia Covid-19: impactos causados em uma escola EJA cearense.

Este trabalho pretendeu analisar em que medida o Projeto Político Pedagógico (PPP), o regimento escolar e o currículo de uma escola pública cearense foram afetados por ambos: pandemia da Covid-19 e pelas novas orientações curriculares para a área de Matemática, advindas da BNCC. Para tanto, houve um estudo bibliográfico a respeito de temáticas como: PPP e regimento escolar e sua importância na administração escolar; o impacto da Covid-19 nas instituições escolares; as orientações e impactos da BNCC para a educação e ensino de Matemática associado a investigação do caso do Centro de Educação de Jovens e Adultos José Walter, valendo-se de um a análise documental do PPP e do regimento da escola, e das orientações pedagógicas da SEDUC-CE e do Conselho Estadual de Educação do Ceará , para fins de validar a BNCC e coordenar as ações escolares durante a pandemia. Os dados revelaram que ambos os eventos proporcionaram: o desenvolvimento de um currículo baseado em competências e habilidades; a integração de tecnologias ao currículo, por meio de um ensino de forma remota com possibilidades de se fazê-lo de forma híbrida.

Artigo - Diálogos sobre práxis reflexiva docente e a adoção do ensino remoto no PROEJA

O artigo problematiza a adoção do ensino remoto nos cursos técnicos integrados do Proeja no Ifes em tempos pandêmicos, e suas consequências, como possibilidade de mais uma interrupção da trajetória escolar dos estudantes da EJA. No contexto de naturalização de práticas educativas instrumentais e pragmáticas, alicerçadas nas diretrizes da educação a distância e que desconsideram as especificidades e as condições objetivas de sobrevivência desses educandos, recorreremos aos pressupostos da epistemologia das práxis, estabelecendo nexos possíveis entre os estudos sócio-histórico-culturais de Vygotsky e o pensamento de Paulo Freire, na defesa da educação como prática da liberdade. As inferências da pesquisa documental e da sistematização da experiência permearam as análises em curso e permitiram apresentar um panorama, ainda que parcial, dos resultados da implementação do ensino remoto no PROEJA como ameaça à formação humana integral, ressaltando a importância do papel ético-político dos educadores, na condição de mediadores dos processos de produção do conhecimento.

Artigo - Indagações na/com a EJA no contexto de pandemia: uma experiência em círculos de cultura digitais

Neste artigo, usamos a metodologia freireana dos Círculos de Cultura para explorar o desenvolvimento profissional contínuo dentro de uma Comunidade de Práticas em Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil em tempos de pandemia. Começamos por afirmar a importância da EJA no enfrentamento da exclusão imposta há décadas a parcelas da população no que se refere aos benefícios da educação. Conceituamos quem trabalha na EJA como uma comunidade de práticas e refletimos sobre o papel central da UNEB/MPEJA na formação dessa comunidade. Em seguida, apresentamos o projeto Indagações na / com a EJA em Tempos de Pandemia, realizado com uso das tecnologias da informação e comunicação, cujo objetivo principal foi interrogar, refletir e analisar os desafios e possibilidades das políticas públicas para a EJA no contexto da pandemia, por meio de um processo dialógico e democrático, possibilitando àqueles que se comprometem com a EJA em compartilhar e refletir sobre suas práticas. Sugerimos que o fortalecimento da Comunidade de Práticas em Educação de Jovens e Adultos (EJA) pode promover a inovação, desenvolver capital social e facilitar a criação e disseminação de conhecimento sobre, na e para a EJA na Bahia.

Artigo - Perspectivas de professores de Física mediante o ensino remoto durante a pandemia de COVID-19

A pandemia de COVID-19 mudou completamente o cenário econômico, social e educacional de todo o mundo. A educação foi marcada pela transição do ensino presencial para o ensino remoto, porém toda essa transição ocorreu de forma brusca e repentina e, em muitos casos, os professores não tiveram preparo e tempo hábil para se adaptarem à nova realidade. Dentre as diferentes áreas do ensino as disciplinas das ciências exatas sofrem um impacto relativamente grande nessa transição (presencial * remoto), pois, em geral, são disciplinas que contam em sua

maior parte com aulas práticas/expositivas em que se faz uso excessivo do quadro negro para expor equações e resolução de exercícios. Mediante essas dificuldades surge a preocupação com a qualidade do ensino e com o bem-estar psicológico dos professores que, muitas vezes, se veem sobrecarregados para conseguir se adaptar a tais mudanças. Pensando em compreender melhor o panorama do ensino remoto durante a pandemia foi realizado uma pesquisa com professores de física do Ensino médio (EM), Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Ensino Superior (ES), que ministram a disciplina de Física em instituições públicas e privadas de todo o Brasil. A fim de compreender sob a perspectiva do professor como ocorreu a transição para as aulas remotas, como tem sido tal experiência e ainda como o docente vê o Ensino de Física pós-pandemia.

Artigo - Educação não Presencial na EJA do Paraná em Tempos de Pandemia

O presente trabalho versa sobre a educação não presencial no estado do Paraná/BR no contexto da pandemia da Covid-19, considerando seus desdobramentos na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Para isso, buscou-se refletir sobre os documentos que regem a educação não presencial no estado do Paraná e sobre as contradições de sua efetivação na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, considerando a urgência de colocar em pauta a importância da EJA frente ao cenário atual. Esta pesquisa, com abordagem qualitativa e natureza documental e bibliográfica, contou com a análise crítica das Resoluções 1.016/2020 – GS/SEED, 1.522/2020 – GS/SEED e 3.817/2020 – GS/SEED que tratam de atividades escolares na forma de aulas não presenciais em decorrência da pandemia causada pela Covid-19, utilizando-se, como técnica, a análise de conteúdo de Bardin (2016). Identificaram-se fragilidades no que se refere à formação dos sujeitos envolvidos, bem como às metodologias de acesso ao ensino-aprendizagem. Depreende-se que, ao pensar na possibilidade de ensino não presencial em tempos de pandemia na EJA, é necessário avaliar de que forma ela seria desenvolvida, o que demandaria uma construção coletiva envolvendo as comunidades escolares. Além disso, a forma como foi “prescrita” a educação não presencial no Paraná deixou lacunas em relação às condições socioeconômicas, habilidades técnicas e formação tecnológica dos principais atores desse processo: educandos/as e professores/as.

Artigo - Estratégias e desafios da atuação docente no contexto da pandemia da Covid-19

O presente relato de experiência se propõe a descrever e analisar ações da atuação docente, vivenciadas pela primeira autora, com a implantação do ensino remoto no Colégio Estadual Militarizado Luiz Ribeiro de Lima, localizado na cidade de Boa Vista, Roraima. Tais ações são decorrentes das orientações advindas da Secretaria de Estado da Educação e Desporto de Roraima (SEED/RR) frente ao cenário de interrupção das aulas presenciais para conter a pandemia causada pelo novo coronavírus (Covid-19). Neste trabalho são discutidos conceitos de educação híbrida

e ensino remoto, com vistas a subsidiar e qualificar as práticas pedagógicas adotadas no referido estabelecimento de ensino, com a implementação do plano de desenvolvimento de atividades não presenciais. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental em artigos científicos, documentos oficiais, notas técnicas, e reportagens que tratam sobre o tema, bem como, dados obtidos nos planos de aula e relatórios elaborados pelos professores que desenvolvem atividades remotas. Ressalta-se que os dados aqui analisados são frutos das práticas pedagógicas adotadas no ensino remoto, que estão sendo desenvolvidas na disciplina de Matemática, na etapa do Ensino Médio da modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA). Nas conclusões apontam-se caminhos para delinear ações no contexto do ensino remoto que tende a permanecer mesmo depois da reabertura das escolas para a retomada das aulas presenciais.

Artigo - Os vestígios da memória na frequência do rádio: O MEB e suas releituras atuais

O objetivo deste trabalho é analisar a experiência de uma modalidade de educação remota na cidade de Caicó, estado do Rio Grande do Norte, EJA em Ação, na excepcionalidade de distanciamento social ocasionado pela pandemia de Covid-19. Com a necessidade do isolamento social, a comunidade escolar é desafiada a proporcionar uma “continuidade” da relação professor e aluno em outros espaços não escolares. Como exercício comparativo, tomar-se-á a experiência histórica na década de 1960, a instalação da Emissora de Educação Rural, com a implantação do Movimento de Educação de Base–MEB e o uso do rádio como elemento mediador do ensino-aprendizagem. Foi através das ondas do rádio que as informações sobre saúde, evangelização e educação chegaram até as residências de grande parte da população caicoense. Os vestígios dessa memória, de uma educação através do rádio, é um dos fios condutores da releitura das escolas radiofônicas nos tempos atuais. A metodologia aplicada se dará através da análise da discussão dos “lugares de memória” de Pierre Nora, do rádio como mediador e ferramenta pedagógica no ensino e a análise das publicações nos meios de comunicação sobre o Projeto EJA em Ação, realizando exercício comparativo entre as temporalidades do Movimento de Educação de Base–MEB e o Projeto EJA em Ação na cidade de Caicó.

Palavras-chave: MEB; Memória; Rádio; Educação; Projeto EJA em Ação; Caicó.